



SUMARIO

ALADI/CR/Ata 320
13 de novembro de 1990
Sumário

Reservado

1. Aprovação da ordem do dia
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.182).
 - 1) Representação do Chile. Designação do Senhor Juan Guillermo Valenzuela como Assessor Técnico da Representação.
 - 2) Comissão das Comunidades Europeias. Designação como Observador Permanente do Senhor José Félix Merladet.
 - 3) Representação da Bolívia. Regionalização das listas de abertura de mercados.

(Em anexo, lista complementando o que foi enviado anteriormente)
 - 4) Junta do Acordo de Cartagena. Integração dos Senhores Embaixadores Ivan Gabaldón Márquez, Fernando Sanza Manrique e José Rafael Serrano Herrera.
3. Declaração de Caracas (ALA/DI/CR/Resolução 130, artigo primeiro)
4. Outros assuntos.

APROVA-SE

ALADI/CR/di 244/Add 1.

A Secretaria apresentará um amplo projeto de temário, uma lista, em anexo, de temas que seriam tratados em cada uma das áreas, um ponto referente ao grupo ad-hoc, bem como uma minuta desta reunião. O tema passa para a sessão informal de Chefes de Representação.



APROVADA
NA 365 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 320
13 de novembro de 1990
Hora: 10h,35m a 13h,15m.

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.182).
 - 1) Representação do Chile. Designação do Senhor Juan Guillermo Valenzuela como Assessor Técnico da Representação.
 - 2) Comissão das Comunidades Europeias. Designação como Observador Permanente Adjunto do Senhor José Félix Merladet.
 - 3) Representação da Bolívia. Regionalização das listas de abertura de mercados (ALADI/CR/224/Add. 1).
 - 4) Junta do Acordo de Cartagena. Integração dos Senhores Embaixadores Ivan Gabaldón Márquez, Fernando Sanz Manrique e José Rafael Serrano Herrera.
3. Declaração de Caracas (ALADI/CR/Resolução 130, artigo primeiro).
4. Outros assuntos.

Preside:

RUBENS ANTONIO BARBOSA

Assistem: Maria Esther Bondanza (Argentina); René Mariaca Valdez (Bolivia); Rubens Antonio Barbosa, Vera Lúcia dos Santos Caminha Campetti e Paulo César Camargo (Brasil); Patricia Dávila de Navas (Colômbia); Manuel Valencia Astorga e Rodrigo Quiroga Cruz (Chile); Fernando Ribadeneira e Roberto Proaño (Equador); Dora Rodríguez Romero, Adolfo Treviño Ordorica e Vicente Muñiz Arroyo (México); Herminia Margarita Genes de Aranda (Paraguai); Pablo Portugal Rodriguez e Carlos Dávila (Peru); Néstor Cosentino, José Roberto Muínelo e Ricardo Duarte Vargas (Uruguai); Luis La Corte, Gerardo Arellano, Antonieta Arcaya Smith e Pedro Elías Revollo Salazar (Venezuela).

Secretário-Geral: Jorge Luis Ordóñez Gómez.

Subsecretário: Antonio José de Cerqueira Antunes.

Subsecretário: Jorge Cañete Arce.

Secretaria: Juan Francisco Rojas.

PRESIDENTE. Está aberta a 320a. sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração a ordem do dia.

Não havendo observações, APROVA-SE.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.182).

SECRETARIO-GERAL. No documento ALADI/SEC/di 2.182 registram-se as seguintes notas às quais corresponde dar entrada:

1) Representação do Chile. Designação do Senhor Juan Guillermo Valenzuela, Assessor Técnico da Representação.

"Nº 99/90. Montevideu, em 6 de novembro de 1990. Ao Excelentissimo Senhor Embaixador Jorge Luis Ordóñez, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de levar a seu conhecimento que a partir desta data o Senhor Juan Guillermo Valenzuela se desempenhará como Assessor Técnico, podendo representar a esta Missão em todas as reuniões que forem realizadas na Associação.

/zu

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração. (a) Raimundo Barros Charlin, Embaixador, Representante Permanente."

2) Comissão das Comunidades Europeias. Designação como Observador Permanente Adjunto do Senhor José Felix Merladet.

"Montevideu, em 6 de novembro de 1990. Ao Excelentissimo Senhor Rubens Antonio Barbosa, Presidente do Comitê de Representantes da ALADI. Nesta.

A Delegação da Comissão das Comunidades Europeias em Montevideu cumprimenta o Presidente do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e tem a honra de informar-lhe que o Senhor José Félix Merladet foi designado como Observador Permanente adjunto na ALADI.

A Delegação da Comissão das Comunidades Europeias em Montevideu aproveita esta oportunidade para transmitir ao Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) o testemunho de sua mais alta consideração."

3) Representação da Bolívia. Regionalização das listas de mercados (ALADI/CR/di 244/Add.1).

"Nº 139/90. Montevideu, em 31 de outubro de 1990. Ao Excelentissimo Senhor Embaixador Jorge Luis Ordóñez Gómez, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência para referir-me à lista de produtos apresentada pela Bolívia, de conformidade com o artigo terceiro da Resolução 29 da Quinta Reunião Conselho de Ministros, relativa à regionalização progressiva das listas de abertura de mercados em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

A esse respeito, solicito a gentileza de levar ao conhecimento dos demais países-membros da Associação a lista em anexo, a qual complementa o enviado anteriormente mediante Nota SG/nº 77/90, de 19/VII/90.

Com este motivo, reitero a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração (a) René Mariaca Valdez, Embaixador, Representante da Bolívia junto à ALADI."

4) Junta do Acordo de Cartagena. Integração dos Senhores Embaixadores Ivan Gabaldón Marquez, Fernando Sanz Manrique e José Rafael Serrano Herrera.

/zu

"Fax nº 490649. Lima, em 22 de outubro de 1990. Ao Excelentíssimo Embaixador Jorge Luis Ordóñez Gómez, Secretário-Geral da ALADI. Montevideu, Uruguai.

Apraz-me comunicar-lhe que, nesta data, o Senhor José Rafael Serrano Herrera assumiu as funções de membro da Junta por um período de três anos, em cumprimento da Decisão 269 da Comissão do Acordo de Cartagena.

Com este motivo, a Junta está integrada pelos Senhores Embaixadores Ivan Gavaldón Marquez (atual Coordenador), Fernando Sanz Manrique e José Rafael Serrano Herrera.

Atenciosamente. (a) José Antonio Garcia Belaúnde, Diretor-Secretário-JUNAC."

3. Declaração de Caracas (ALADI/CR/Resolução 130, artigo primeiro).

PRESIDENTE. De acordo com o estabelecido no artigo primeiro da Resolução 130, corresponde ao Comitê iniciar a avaliação encomendada na letra H) da Declaração de Caracas.

Ontem fizemos uma reunião de contato informal entre os Representantes do Comitê e combinamos que na reunião de hoje iniciariamos os debates e o intercâmbio de impressões com referência a este tema, subordinando as análises que as Representações querem fazer às respectivas decisões das atuais perspectivas de integração; e em outras reuniões definiríamos as agendas de cada reunião do Comitê.

Se os Senhores Representantes estivessem de acordo, na sessão de hoje trataríamos as atuais perspectivas de integração. Isso por um lado. Por outro, consultaria ao Comitê se preferem trabalhar em sessão formal ou se preferem trabalhar nestes primeiros momentos de discussão em sessão informal.

Representação da VENEZUELA (Luis La Corte). Senhor Presidente, logicamente se viu que estas reuniões informais são muito produtivas, razão pela qual estamos totalmente de acordo com elas. Mas, exigiria uma prática: que as reuniões fossem feitas na ALADI, porque não há congruência em que estejamos exigindo fazer reuniões internacionais sempre reclamando que sejam na ALADI e que quando nos toque fazer reuniões internacionais, sempre reclamando que sejam na ALADI, e que quando devemos fazer reuniões nós que estamos aqui, vamos fora da ALADI.

Eu estou de acordo, repito, em fazer as reuniões -considero-as muito práticas- mas penso que as mesmas devem ser feitas na ALADI.

PRESIDENTE. Então, começamos. Ofereço a palavra para tratar esse tema.

A idéia seria que a Secretaria-Geral -eu pediria ao Secretário-Geral que atuasse dessa forma- no final desta

reunião preparasse um resumo do que foi discutido aqui. Esse papel seria distribuído imediatamente, sem nenhum comentário da Secretaria-Geral; apenas um resumo dos principais pontos mencionados pelas Representações. Trata-se de um resumo curto, de uma ou duas páginas somente, para orientação dos Representantes Permanentes.

Ofereço a palavra a quem quiser falar.

Representação do URUGUAI (Néstor Cosentino). Senhor Presidente, um pouco continuando com o que conversamos ontem, que me apareceu uma aproximação muito produtiva para o que vamos tratar hoje, eu reiteraria meu pensamento sobre a avaliação que foi encomendada ao Comitê na letra H) da Declaração de Caracas. Deixaria para depois a parte da convocação do grupo ad hoc.

Nós pensávamos ontem que os Presidentes estão encomendendo ao Comitê que com objetividade, obviamente, mas com independência, determine as medidas necessárias para que a Organização alcance a flexibilidade que requerem as atuais perspectivas da integração. E, nesse sentido, pensamos que o primeiro que temos que determinar é quais são as atuais perspectivas da integração para, com base nisso, determinar de que carece a Organização para adequar-se a essas atuais perspectivas.

Entendemos que quando os Presidentes dizem "avaliar a Organização" não dizem avaliá-la para atrás, ou seja, os resultados positivos ou negativos do passado que, como dissemos, é história, e creio que isso já está escrito e não se pode mudar, senão que nos pedem fazer uma avaliação daqui para frente; que avaliemos a estrutura atual desta Associação, se é apta para prosseguir com o processo de integração segundo suas atuais perspectivas.

Pensávamos, então: determinemos primeiro quais são as atuais perspectivas para lançar algumas idéias, que coisas diferentes há agora que não havia antes. E, por exemplo, pensávamos que nossos países agora, nestes últimos tempos, têm todos Governos democráticos, como temos dito mais de uma vez, e todos estão voltados para políticas de abertura individuais. Quer dizer que já há uma diferença com o passado. Antes, muitos de nossos países, se não todos, tinhamos políticas protecionistas, altas tarifas, discutíamos na Associação apenas bilateralmente a redução das tarifas. Isso agora está determinado por todos nossos países e, independentemente dos trabalhos da ALADI, todos resolvemos em determinado prazo reduzir nossas tarifas. Portanto, penso que o aprofundamento da PTR, que tão árduas e sérias discussões nos criou há uns meses, hoje seria muito mais fácil decidir que fazemos, se avançamos com o aprofundamento ou não. Supõe-se que não teríamos tantas dificuldades em fazê-lo.

Segunda característica. Todos os mandatários de nossos Governos foram eleitos praticamente há pouco. Ou seja que todos estarão à frente dos Governos de nossos países ainda

/zu

por vários anos. Ocorre-me pensar que o que o que eles desejam é que este processo de integração, dentro do possível, esteja completado antes do término de seus mandatos. Ou seja que temos três ou quatro anos por adiante para fazer o que lamentavelmente não se pôde fazer nos trinta anteriores.

Temos as realidades dos grupos de países ou a sub-regionalização da integração, como o caso do MERCOSUR, como o caso de acordos que fez o Chile com a Venezuela, o Chile com o México, a aparente convergência de integração entre a Colômbia, Venezuela e México, o Pacto Andino. Ou seja, esta é outra característica nova, que antes não existia; estamos praticamente todos os países avançando rapidamente em grupos, com datas preestabelecidas para integrá-los. Está a proposta do Presidente Bush, lançada há apenas quatro meses.

Pensávamos também que deveríamos tratar, à luz, um pouco, das explicações que nos deu o Secretário Permanente do SELA há dias, que teríamos também a esta altura dos acontecimentos que ver um pouco em cada uma das outras organizações regionais o que estão fazendo e coordenar nossos trabalhos; ou seja, não duplicar esforços e, de repente, complementar-nos.

Isso é, em princípio, Senhor Presidente, o que pensávamos, que para determinar quais seriam as atuais perspectivas da integração teríamos que levar em conta que é o diferente, reitero, que temos agora e, em virtude disso, ver que modificações, avaliar que modificações temos que fazer na Associação para que se possa adaptar às novas perspectivas que estamos vivendo. Isso seria em princípio, Senhor Presidente.

Representação do BRASIL (Pablo Roberto de Almeida).
Antes de mais nada quero acrescentar às palavras do Senhor Representante do Uruguai no sentido de que eu creio também que a primeira tarefa que devemos enfrentar neste momento é identificar claramente quais são as atuais perspectivas de integração latino-americana. E, nesse sentido, concordo plenamente com os elementos anotados, cinco grandes elementos anotados, indicados pelo Embaixador Cosentino. Fazer, principalmente, uma distinção qualitativa entre esses elementos e distingui-los segundo sua natureza.

Creio que os elementos mais importantes que conformam as atuais perspectivas são, em primeiro lugar, de natureza estrutural e radicam, por um lado, na transformação econômica mundial, em ritmo acelerado, que levou nossos países a uma posição de crise que ainda perdura, a uma nova estratégia de crescimento econômico caracterizado por uma abertura internacional.

Este elemento da abertura de todos nossos países é, a meu modo de ver, um elemento relevante nas atuais perspectivas da região.

Agora, com relação ao processo de integração, acho que um terceiro elemento que foi mencionado, ou seja, essa explo-

são de acordos sub-regionais ou esse andamento disperso para sua integração em diferentes regiões é um elemento dominante deste cenário latino-americano.

Esses são, a meu modo de ver, os dois elementos estruturais mais importantes do processo atual.

Depois haveria outro conjunto de elementos que se poderia mencionar propriamente como elementos políticos. Os mesmos seriam, entre outros, essa coincidência de mandatos dos Presidentes, como foi mencionado também. Mas eu lhe atribuiria, aí, um valor menor dos elementos estruturais. O mandato político, a coincidência dos Presidentes no sentido de conseguir algum objetivo em termos de estratégia integracionista, mas não é, a meu modo de ver, ou não se situa no mesmo plano que os elementos estruturais de natureza econômica apontados mais acima.

Entre os outros elementos políticos se situa, também, como mencionou o Senhor Embaixador do Uruguai, a Iniciativa Bush. Mas a Iniciativa Bush, a meu modo de ver, não é e não pode ser colocada em um mesmo plano que os outros elementos.

Ela é uma contribuição unilateral do Governo norte-americano que foi respondida com certo entusiasmo por nossos países. Mas não há nenhuma materialização concreta da Iniciativa Bush pelo menos no terreno comercial, no terreno tradicionalmente coberto pela ALADI; não há, ainda, nenhum elemento concreto pelo qual se possa localizar a Iniciativa Bush como um dos elementos que nos deveria servir para tratar uma nova fase do processo integracionista. Seria um elemento político a ser considerado junto com a coincidência de mandatos dos Presidentes.

Um terceiro grupo de elementos que se poderia caracterizar, propriamente como instituições, bem ressaltado pelo Embaixador, significa a coordenação da ALADI com os demais organismos da região. Ele mencionou, digamos, o SELA; penso que podem ser outros também. Então, eu configuraria um terceiro grupo de elementos de tipo institucional que poderia servir para identificar as características atuais do processo de intração.

Esses são, a meu modo de ver, os elementos preponderantes que teria que hierarquizá-los talvez em ordem de importância e fazer uma pequena análise em torno deles para descrever o cenário atual.

Acho, porém, que o relatório ou no papel que for feito aqui no Comitê para ser entregue aos Governos e ao próprio Grupo do Rio deveria ser aberto ou ser presidido por uma colocação de natureza política, já que nos foi solicitada uma análise com toda independência sobre o lugar que deve ocupar a integração latino-americana nas políticas econômicas externas de cada um dos países. Ou seja, há uma retórica integracionista que se manifesta em cada reunião de cúpula, mas essa retórica muitas vezes não se traduz na realidade dos

Governos. Ou seja, o Comitê deveria anotar claramente essa contradição. Isto é, os Governos afirmam uma prioridade para a integração, mas na prática das Chancelarias ou na prática, como se vê aqui pelas instruções que são dadas às Representações, não há essa mesma manifestação de apoio concreto.

Então, acho que deveria existir uma abertura política e que a tão comentada deficiência da ALADI, proclamada em reuniões de cúpula, não é mais do que o resultado da falta de apoio concreto de muitos dos Governos a nosso trabalho.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Senhor Presidente, nossa Representação coincide plenamente com os pontos de maior relevância destacados na exposição do Senhor Embaixador Cosentino quanto às características que teria atualmente ou às perspectivas do processo de integração regional.

Somente desejaria acrescentar algo em relação à ênfase ou à hierarquização de alguns deles, como manifestava o Senhor Representante do Brasil.

Em nossa opinião, cremos que deve destacar-se o apoio político substantivo e ao mais alto nível que tem atualmente o processo de integração por parte dos Presidentes e das máximas autoridades dos países da região, especialmente os que conformam na atualidade o Grupo do Rio. Isso é claro e nosso tema de hoje explica claramente a razão pela qual não é necessário dar maiores detalhes. Mas seria um ponto que gostaríamos de que estivesse, embora saibamos que está contido no que manifestou o Senhor Embaixador Cosentino, mas que estivesse explícito na análise. Ou seja, cremos que qualitativamente na atualidade há apoio muito mais importante e explícito ao processo de integração que o que tivemos no passado. E digo qualitativo porque no passado, se bem houve muitas vezes, cremos que não passou de declarações de caráter muito retórico e com um baixo nível de concretização. Hoje vemos que as autoridades máximas de nossos países exigem daqueles que participam diretamente de negociações ou de organismos de integração um grau maior de concretização e resposta. E isso é um ponto que é de nosso interesse destacar.

Outrossim, digamos, esse apoio se expressa tanto no que diz respeito aos atuais organismos de integração e no que concerne a ALADI, como também à procura de fórmulas inovadoras em matéria de integração que sejam congruentes com esse objetivo geral, e podemos extrair isso dos próprios documentos que recentemente subscreveram ou consideraram os Presidentes.

Isso é o que queremos nesta etapa quanto à hierarquização de alguns temas; para nós esse é um que deveria ter relevância.

Coincidimos com a Representação do Brasil em que a Iniciativa Bush, exógena ao processo em si de integração, deixa de ter sua importância, mas ainda não tem um nível de materialização que permita considerá-la como elemento fundamental na orientação da perspectiva da integração. Não descartamos que poderia tê-lo mais adiante. Mas na etapa atual, visualizamos como uma intenção unilateral em que existe uma resposta ou certa receptividade por parte dos países da região, mas que não tem nenhum grau de concretização até hoje.

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo). Senhor Presidente, considero que se estamos trabalhando com base na letra H) da Declaração de Caracas e agora mais concretamente atendendo à Resolução 130 do Comitê recentemente aprovada, vale destacar os pontos contidos tanto na letra H) como nesta Declaração.

Creio que neste momento estamos em muito bom caminho. Parece que valeria a pena destacar, pelo menos para minha Representação se torna necessário fazê-lo, por um lado os elementos que integram tanto essa letra H) da Declaração de Caracas como a resolução aprovada.

Devemos, por um lado, analisar as perspectivas atuais da integração. Ou seja, mais que analisar, identificá-las, estudá-las, destacá-las.

Eu creio que o Embaixador Cosentino elaborou um importante texto: creio que não é exaustivo, mas não é possível neste momento elaborar um texto exaustivo; há que fazer uma aproximação técnica, mais política, mais realista, de elementos regionais, que temos muitos, como o Embaixador Cosentino disse, que foram originais, e são vantajosamente originais neste momento. Parece que a integração se renova, a integração se move, depois de muitos anos de certa tranquilidade. E há elementos externos que, evidentemente, influem. Nossos países dependem de muitos fatores externos e também estão renovando-se, estão movendo-se, estão desenvolvendo-se. De modo que estamos totalmente de acordo com o que disse o Senhor Representante do Uruguai.

Evidentemente, dentro de todo este mandato existe -mas creio que iremos por etapas- a flexibilidade e eficácia que o Organismo, a Associação, apresenta para receber iniciativas, novos acordos, novos instrumentos, não apenas, creio eu, da ordem comercial, senão de complementação econômica, como co-investidores, por exemplo, para a complementação setorial, não apenas na área industrial, senão de serviços e outros que eventualmente sejam identificados. E as medidas que certamente o Comitê terá que recomendar, à luz desta análise, deste exame e deste processo que iniciaremos agora e que nos propusemos terminar em quinze de março.

Evidentemente, Senhor Presidente, tudo isto à luz dos dez temas recolhidos nas pautas que fazem parte da Declaração de Caracas. E, provavelmente, se o Comitê encontra novos

/zu

temas para acrescentar, novos temas que seja necessário esclarecer e recolher, creio que serão sempre bem-vindos quando sejam positivos e permitam o progresso deste processo.

Estou totalmente de acordo com o que acaba de expressar o Senhor Representante do Chile. Eu não desejaria ser pessimista e trágico, mas não sei se esta seria a última chamada política que tem a ALADI para resgatar sua função e seu prestígio.

Considero que por muitos anos, e nós mesmos nos temos queixado, aqueles que temos estado neste processo por anos, de que não existia apoio político. Aqui nesta Sala se chegou a dizer muitas vezes que faltava o apoio político. Pois bem, agora temos, e agora são responsáveis nossos máximos representantes políticos, como são os Presidentes, os que encomendaram algo que a ALADI deve recolher com sumo interesse e encarar com suma responsabilidade.

De modo que estou totalmente de acordo com o que foi manifestado e penso que a Secretaria terá que auxiliar-nos em grande forma neste processo.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Senhor Presidente, muito brevemente.

Nossa Representação coincide praticamente com a totalidade das exposições dos Senhores Representantes com relação aos que seriam os elementos constitutivos atuais do processo de integração, a partir dos quais temos a incumbência de determinar suas perspectivas. E desejaria particularizar dois, que me parece que têm vida própria e que de alguma maneira foram mencionados por todos os Representantes e o último deles, em particular, pelo Representante do México. Não é por nada que o primeiro, unanimemente mencionado, foi o que se refere à tendência geral da abertura econômica, um de cujos componentes do ponto de vista do trabalho da Associação é a liberação comercial, a liberação do comércio.

De alguma maneira estamos dando voltas há bastante tempo em torno da tendência geral das políticas econômicas para a abertura internacional.

Acho que uma das contribuições substantivas, em termos de recomendação ou de proposta do que poderia ser o trabalho de avaliação, e assim entendo que deveria concretizar-se, é impulsar os Governos a que concertem os tempos nacionais dessa abertura. De alguma maneira nas exposições que frequentemente realizam nossos Ministros de Economia, ou Primeiros Ministros nos organismos do sistema financeiro internacional, informam sobre o andamento de suas economias nacionais e adiantam, expõem cronogramas; inclusive usam esses cronogramas para suas negociações com esses organismos.

Eu creio que do ponto de vista do processo de integração é bastante importante harmonizar ou procurar, juntar, esses tempos nacionais, porque creio que disso dependerá a

coesão no tempo do processo de integração; que, em resumidas contas, todos os países comecem a falar a mesma linguagem integracionista. Então, esse é o primeiro elemento que queria destacar; fazer coincidir, concordar, os tempos nacionais dessa abertura econômica que constitui uma tendência geral.

O segundo elemento, que citava muito bem o Senhor Representante do México, é o que se refere -ao que também viemos dando voltas há meses- a transcender o âmbito comercial do processo de integração e converter um elemento constitutivo, e muito imperativo no futuro imediato, a complementação econômica, os investimentos e os serviços.

Considero que esses dois elementos deveriam ter vida própria na avaliação que faremos da Organização.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Nós também queremos manifestar que apoiamos as pautas indicadas pelo Senhor Representante do Uruguai; se bem não é uma enumeração exaustiva, destaca pontos que são muito importantes, sobre os quais devemos começar a trabalhar quanto ao atual contexto em que nos movemos.

E também desejamos, sempre olhando para o futuro, que se faça realmente uma avaliação completa e crítica do funcionamento da ALADI porque devemos reconhecer que nosso Organismo, nestes últimos tempos, com justiça ou sem ela, foi atacado, um pouco acusado de certa ancilose e imobilidade. Eu desejaria, respondendo a esse tipo de críticas, que se fizesse realmente uma avaliação das coisas que foram feitas mal, das falhas que houve de funcionamento, estruturais ou a nível de Comitê de Representantes ou a nível de Secretaria. Enfim, uma autocritica veraz a fim de superar esses erros, de introduzir modificações que forem necessárias, como se disse, em prol de que nosso organismo se converta em um instrumento ágil, eficaz, como desejam nossos Governos, para atender o atual contexto e a nova realidade porque, evidentemente, há coisas que já foram superadas pelos fatos, como os tratamentos diferenciais, por exemplo. E, então, devemos dar um novo enfoque a esta realidade, sem privar-nos realmente de fazer a autocritica que corresponde.

Representação da COLOMBIA (Patricia Dávila de Navas). Senhor Presidente, sim, para nossa Representação, tomadas em conjunto todas as contribuições das diferentes Representações nesta manhã, em particular as intervenções das Representações do Uruguai, Brasil, México e Peru, cremos que já se conseguiu configurar um panorama bastante aproximado dos elementos que deverá levar em conta esta avaliação.

Não obstante, Senhor Presidente, a critério de nossa Representação, ao falar de perspectivas e tendências da integração regional e no âmbito da ALADI consideramos que não se deve perder de vista a necessidade de considerar os mecanismos regionais; que perspectivas têm nossos mecanismos regionais.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, creio que esta primeira rodada de intercâmbio de opiniões já permitiu identificar um dos elementos básicos do diagnóstico das perspectivas atuais da integração.

Caberia depois, talvez, entrar em uma identificação dos elementos internos, de natureza funcional da organização, que seria o modo de funcionamento do Comitê de Representantes, o próprio funcionamento da Secretaria-Geral e os aspectos institucionais do Tratado de Montevidéu. Mas, cabe mencionar também a questão, digamos, instrumental do funcionamento dos mecanismos da integração.

Com esse propósito me agradaria, ao mesmo tempo, chamar a atenção e indagar da Secretaria-Geral sobre um dos elementos de muito valor que nos podem servir nesse diagnóstico para que nossos trabalhos tenham uma base não apenas fatural e sim documental; teríamos que chegar às diferentes análises e diagnósticos feitos pela ALADI anteriormente, pela Secretaria-Geral e pelos outros órgãos que são em especial as resoluções da Quinta Reunião do Conselho de Ministros, o Plano de Ação trienal e, especificamente encaminhado para o funcionamento dos instrumentos multilaterais, seriam, eventualmente, os documentos que a Secretaria-Geral estava preparando para as Conferências de Avaliação e Convergência que me parece que estavam prontos para esta semana e que permitiriam uma análise do funcionamento desses mecanismos. Gostaria, então, de chamar a atenção sobre esses documentos ao mesmo tempo de obter alguma informação sobre se estes documentos estarão disponíveis para nosso conhecimento.

PRESIDENTE. Que a Secretaria-Geral responda esse ponto.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, os documentos fundamentais de avaliação sobre os quais a Secretaria está trabalhando são os que têm relação com o aproveitamento das concessões comerciais previstas no Tratado de Montevidéu e que fazem referência, concretamente, aos desequilíbrios comerciais, às listas de abertura de mercados, aos acordos de alcance parcial e à PTR. Há também um documento sobre convergência e, finalmente, existirá um documento de avaliação global de todos estes mecanismos.

Neste momento temos praticamente pronto o documento de avaliação do comércio amparado pela preferência tarifária regional, inclusive o tenho aqui em meu poder, mas falta somente uma última revisão que devo dar com minha equipe de colaboradores e talvez na próxima segunda-feira já estará, ou terça-feira, à disposição das diferentes Representações.

Os outros documentos vão caminhando e brevemente sairão à luz outros e esperamos, em todo caso, que começando no mês de dezembro possamos estar já completando todos os documentos.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Senhor Secretário-Geral, havia também um documento que nos

parece interessante que não mencionou e estará implícito em outros, que é o da evolução da estrutura econômica, dos índices econômicos dos países. Esse está envolvido, certamente, em algum outro título mais genérico.

SECRETARIO-GERAL. Esse documento já existe. Será distribuído esta mesma semana, talvez amanhã.

PRESIDENTE. Eu entendo que havia sido fixado um prazo para a apresentação desses documentos e agora estou sendo surpreendido com a informação de que estarão prontos em dezembro.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, eu tenho, se não me falha a memória, a idéia de que a Secretaria nos havia prometido dois documentos fundamentais de análise. Um sobre os mecanismos, abertura de mercados, PTR, outro sobre funcionamento da ALADI, ambos, respectivamente, para os dias 10 e 17 de novembro. Isso na fase última em que se estava preparando as Conferências de Avaliação e Convergência. Mesmo quando se decidiu adiar essas Conferências, encomendamos que seria muito importante que a preparação desses documentos, já em curso, fosse continuada e que os documentos fossem encaminhados ao Comitê que nos poderiam servir, justamente, para essa avaliação que foi encomendada pelos Presidentes em Caracas.

Acho, então, que se já acordamos a convocação de um grupo de peritos para começos de dezembro e esse grupo terá que trabalhar com base em alguma evidência documental, seria conveniente ter esses documentos prometidos para os dias 10 e 17 com maior urgência possível para que o próprio Comitê possa preparar, digamos, adequadamente essa reunião dos dias 3 a 7 de dezembro.

Gostaria de recomendar mais uma vez, se fosse possível, que acelerem os trabalhos para a entrega dos documentos por parte da Secretaria.

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo). Já que estamos dando muito trabalho à Secretaria eu creio que ninguém melhor do que ela, segundo manifestado aqui, conhece os elementos de que dispõe; inclusive do que regionalmente dispõe, em que termos se encontram todos os processos.

Por outro lado, parece-me útil um perfil econômico de cada país, seu ritmo de desgravação tarifária, a eliminação de restrições, de política comercial em termos gerais, de política industrial, orientações sobre as leis internas de investimento, enfim, eu creio que um perfil econômico de cada país na medida que seja possível.

Tenho a impressão de que em alguns casos fomos bastante morosos e a Secretaria não dispõe de toda esta informação. Em última instância haveria que requerê-la com urgência para poder ter um perfil de cada país, completo, para chegar a esquemas de negociação úteis.

/zu

292.-

Da mesma maneira que no caso dos elementos extra-regionais, a Secretaria ouviu esse inventário mencionado pelo Embaixador do Uruguai aqui na ALADI e creio que seria muito útil dispor desse acervo de documentos. Serão muitos, mas serão necessários, e, por outro lado, dispomos de um bom tempo para examiná-los.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Senhor Presidente, sim, apenas com referência aos documentos. Nós desde que foram adiadas as Conferências de Avaliação e Convergência e se conhece a Declaração de Caracas e a conseqüente constituição do Comitê em seu trabalho, bem como o grupo ad hoc, contávamos com que esses documentos, que estavam em preparação na Secretaria, constituiriam ou poderiam constituir insumos importantes para o trabalho, tanto do grupo ad hoc, que é em dezembro próximo, como o que vai desenvolver ou está iniciando o Comitê de Representantes.

Assim que cremos que os documentos são úteis nos dois níveis: tanto para nossos trabalhos como para os do grupo ad hoc, no que se refere aos temas que cada um analisará, que às vezes pensamos que haverá certos translados. Por isso é importante poder contar com eles em breve.

Representação da VENEZUELA (Luis La Corte). Não-teríamos que acrescentar nada aos pontos de vista que aqui foram expostos, começando pelo Senhor Embaixador Representante do Uruguai e todas as demais idéias que expuseram os demais Representantes. Consideramos que realmente todas constituem elementos necessários para fazer uma avaliação no que diz respeito à perspectiva da ALADI quanto ao momento que se vive politicamente para a integração.

Agora, tenho uma dúvida, já para ir avançando um pouco na prática.

Há um documento que ontem a maior parte das Representações examinou -não sei se todas exceto a nossa, referente ao cumprimento da Declaração de Caracas e da Resolução 130. Dei uma rápida olhadela e temos a impressão de que este é um bom elemento para começar a trabalhar. Porque os representantes ad hoc dos Governos virão dentro de três semanas e creio que deveríamos ter feito algumas considerações e tirado algumas conclusões também sobre o assunto.

Esta forma, então, que dão aqui, este papel que nos foi apresentado, considero que vale a pena colocá-lo a funcionar, porque diz aqui: "Este trabalho pode ser visualizado em duas etapas: a) Avaliação da ALADI, a ser efetuada nas três áreas seguintes:" e nos vai indicando como deveríamos proceder. Eu creio que o que nos resta, depois de todas estas idéias, que segundo manifestado aqui estão adequadas à realidade, seria começar a trabalhar, seja de acordo com o proposto neste documento, ou em outra forma. Logicamente que para tudo isso será útil a documentação que nos for apresentando também a Secretaria-Geral, porque este tem que ser um trabalho de

/zu

muita coordenação entre o Comitê e a Secretaria. E eu participo da idéia de que não podemos descartar o passado nem o presente da organização da ALADI. Mas, entendo que o que nos está sendo encomendado é dizer como adequaremos a ALADI à nova situação que se está vivendo, para os efeitos da integração.

Então, todos esses pontos que estão considerados aqui, nos dez pontos que vêm assinalados por Caracas, mais os que possam ser acrescentados aqui, nos darão trabalho suficiente para, repito, avançar um pouco quando chegue o dia três de dezembro para que os representantes ad hoc saibam também até onde vai nosso pensamento e nós também, ao mesmo tempo, avaliar os pensamentos que eles tenham sobre o que avançamos e as idéias que eles trouxeram.

De modo que desejaria, Senhor Presidente, concretizar um pouco; se depois de todas estas muito boas expressões que temos concretizamos um pouco, a ver se pensamos como começaremos a funcionar.

Creemos que deveríamos começar realmente a trabalhar de acordo com este procedimento. Se alguém pode fazer algumas modificações ou inclusões, irão sendo feitas durante as deliberações.

SECRETARIO-GERAL. Quando se suspenderam as Conferências de Avaliação e Convergência, a Secretaria continuou trabalhando árdua e intensamente nestes documentos que comentamos; e temos a intenção de apresentá-los antes da reunião do grupo ad hoc. Vários destes documentos estarão saindo com antecipação, mas nem todos entregaremos a tempo. Mas, continuaremos trabalhando intensamente. Não queremos que fique a impressão de que houve morosidade ou que houve lentidão; tivemos muito trabalho e estivemos cumprindo com o trabalho; e a elaboração dos documentos vai por bom caminho.

Talvez a suspensão das Conferências o que nos permitiu fazer melhores documentos; não é que tomamos mais tempo simplesmente por tomá-lo, senão que nos permitiu fazer uma avaliação mais pormenorizada e uns documentos mais acabados, por assim dizer. Esperamos poder entregá-los no devido tempo e, ainda mais, antes da reunião do grupo ad hoc.

O Doutor Juan Francisco Rojas nos pode fazer uma precisão sobre o estado em que se encontram estes documentos.

SECRETARIA (Juan Francisco Rojas). Senhor Presidente, na realidade, continuamos trabalhando sobre toda esta documentação e o tempo adicional nos permitiu inclusive também recuperar algumas linhas metodológicas que, pela premura do tempo, tivemos que atrasar.

Em termos gerais, vendo documento por documento dos que seriam apresentados em cada uma das reuniões, permitir-me-ei fazer o seguinte comentário.

Quanto ao projeto de regulamento, já existe uma proposta concreta do Comitê, aprovada em 28 de setembro, ou adotada, em princípio em 28 de setembro.

Em relação ao documento da avaliação quantitativa da preferência tarifária regional, já temos um rascunho interno que está sendo submetido à consideração do Secretário-Geral e dos dois Subsecretários.

Quanto ao documento das listas de abertura de mercado, também já existe um primeiro rascunho interno de trabalho.

Com referência à aplicação das listas de exceções à PTR e ao Programa de Expansão e Recuperação do Comércio, devido ao acúmulo de trabalho atrasou-se um pouquinho, mas são de relativa facilidade porque são documentos, e da lista de exceções, de uma exclusiva atualização para apenas um ano, para o qual se dispõe de informação completa, enquanto que no do PREC já existem elementos suficientes para fazer uma análise qualitativa.

Quanto à avaliação dos acordos de alcance parcial, quero dizer que a partir da primeira informação estatística que solicitamos surgiram alguns elementos adicionais que, dado o adiamento das Conferências, permitiu-nos, neste caso, retomar uma linha de ação metodológica que aprofunde as análises neste tema.

Pensamos que, justamente do ponto de vista da avaliação, o fato de considerar, de fazer o exame dos acordos de alcance parcial, constitui o elemento essencial da Conferência. Tendo em vista, repito, seu adiamento, retomamos uma linha metodológica de trabalho que nos permitirá ter pronto um documento mais do que extenso; um documento muito profundo e que mostre muito a realidade da relação comercial estabelecida através deste mecanismo de liberação do Tratado de Montevideu.

Quanto ao exame dos mecanismos de financiamento e pagamentos, já existe um rascunho interno de trabalho que está sendo melhorado em alguns aspectos, fundamentalmente de caráter formal.

Quanto às ações regionais nos campos de transporte da cooperação aduaneira e do comércio agropecuário, também já existem elementos suficientes como para formar um documento, se se pode chamar dessa maneira, internamente, na Secretaria.

O documento sobre indicadores econômicos e sociais dos países-membros foi publicado em 5 de outubro com a sigla ALADI/SEC/dt 235; já está circulando entre as Representações.

O exame da convergência dos acordos de alcance parcial está à espera exclusivamente de algum tipo de informação estatística precisa, mas posso adiantar-lhes que as conclusões já estão feitas; não há maiores possibilidades de fazer uma convergência de acordo com a determinação do Tratado de Montevideu.

Na análise do aproveitamento dos tratamentos diferenciais e propostas para o aperfeiçoamento de sua aplicação vimos dois aspectos que consideramos de importância. Por um lado, o trabalho relativo aos desequilíbrios comerciais, tema sobre o qual estamos trabalhando; tivemos uma primeira versão do documento faz aproximadamente dez dias; posteriormente entramos em um aprofundamento maior, principalmente à luz dos postulados da Resolução 14 (III).

Finalmente, sobre a avaliação e perspectivas do processo de integração e suas alternativas de ação. É evidente que sobre este documento temos que trabalhar tão logo finalizemos os demais trabalhos, porque se, inclusive, o tivéssemos apresentado para a Conferência, esse documento teria ficado caduco, a realidade tem avançado seus elementos adquiriram uma dinâmica tal que nos impede fazer um corte prévio, sem ter uma data predeterminada. Eu pessoalmente, Senhor Presidente e Senhores Representantes, considero que fazer um documento sobre a análise da realidade do processo de integração à luz do que está acontecendo nas esferas comerciais a nível mundial, é difícil se não se fixa um corte. Por exemplo, no caso da Rodada Uruguaí, não teremos resultados da Rodada Uruguaí, se é que temos, até bem entrado o mês de dezembro. Ouvimos o outro dia do Senhor Secretário Permanente o SELA do pouco otimista que era ele com relação aos resultados deste evento no GATT. Há elementos também dentro da mesma região latino-americana que estão ainda em circulação, estão em processo de desenvolvimento. Por exemplo, no caso do Grupo Andino, a Comissão do Acordo de Cartagena decidiu há aproximadamente três semanas atrás, impulsar uma zona de livre comércio a partir de 31 de dezembro de 1991. Não obstante, isso ainda não será concretizado até que não ocorra a reunião de Presidentes que está prevista para fins deste mês. Nós não podemos, neste momento, presumir qual será seu impacto. Inclusive nessa proposta que estaria fazendo a Comissão do Acordo de Cartagena ao Conselho de Presidentes andinos assinala-se a possibilidade de que se constitua uma união aduaneira em 1993 com a participação dos cinco países-membros desse processo de integração, com o qual, inclusive, são dados delineamentos e ação em matéria de tratamentos preferenciais em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Nesse sentido, Senhor Presidente, pensamos que esta avaliação da realidade que podemos apresentar será interrompida, inclusive escutamos há duas noites atrás o Chanceler da República do Uruguaí, quem manifestava que o próprio Tratado de Assunção, creio que o denominarão dessa maneira, não seria subscrito no fim deste mês senão, provavelmente, em dezembro, talvez janeiro.

/zu

Não podemos, tampouco, fazer uma avaliação certa das perspectivas que terá esse Tratado enquanto não o conhecermos.

Existem vários acordos bilaterais que estão em processo de desenvolvimento. Ontem havia expectativa sobre algum processo de negociação que tinha que realizar, por exemplo, a Venezuela, que tem subscrito memorandos de entendimento mas, em todo caso, são projetos de acordos que levam a pensar em estádios maiores de integração; em estádios maiores que, inclusive em alguns casos ou pelo menos do ponto de vista administrativo, fariam pensar que o Tratado de Montevidéu e seu ordenamento jurídico correspondente não pareceria que fosse suficiente para atender essa realidade. Não obstante, é uma presunção que temos.

Então, Senhor Presidente, no caso deste documento sim necessitaríamos ter uma data de corte. Se marcamos uma data de corte agora ficaremos fora de alguns eventos internacionais e alguns regionais que estão em pleno desenvolvimento.

É por isso que este documento se constitui em documento chave, mas também para nós, internamente, é o documento que está mais atrasado em termos de trabalho. Não obstante, é uma questão de estabelecer uma data de corte; se faz, e talvez tenhamos que fazê-lo com folhas intercambiáveis para poder atualizá-lo em seu momento.

Em todo caso, é essa a situação dos trabalhos que estamos fazendo e quero unir-me às palavras do Senhor Secretário de que continuamos trabalhando com o mesmo afinco e com o mesmo interesse; inclusive, aprofundando algumas coisas.

Unicamente me faltava, Senhor Presidente, manifestar que já contamos com um primeiro rascunho de documento sobre a avaliação da aplicação do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo que está sendo avaliado internamente na Secretaria e que oportunamente também será levado ao conhecimento dos países.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). . Senhor Presidente, em relação a algum ponto que mencionou recentemente o Doutor Rojas, creio que é importante algo que disse, para efeitos da análise que nós começamos a fazer sobre as perspectivas do processo de integração. Ou seja, com base na exposição do Embaixador Cosentino recolhemos alguns pontos fundamentais que consideramos presentes hoje em dia no processo de integração. Não obstante, como a realidade é muito dinâmica e falta uma série de decisões importantes e instrumentos que devemos conhecer dentro dos próximos meses, creio que, como metodologia de trabalho, poderíamos concluir o capítulo concernente às perspectivas quando já estivermos próximos a finalizar os trabalhos do Comitê para 15 de março assim temos tempo para poder ir recolhendo estas novas realidades ou concretizações que possam enriquecer a análise das perspectivas. É certo que, como assinalava o Doutor Rojas, falta conhecer elementos importantes. Sabemos exatamente, .pa

digamos, o caráter que terá cada um desses instrumentos e seria importante poder tê-los presente.

Nesse sentido minha sugestão seria deixar a análise da parte "perspectivas" até onde fizemos; que a Secretaria tome nota, como fez, dos elementos que foram discutidos e, depois, fazer um documento e na parte final voltar a tratar o tema para incorporar-lhe novos elementos que surjam dos trabalhos que entregue a Secretaria ou da própria realidade que iremos conhecendo nos próximos meses.

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo). Minha Representação está totalmente de acordo com o que acaba de manifestar o Senhor Representante do Chile. Evidentemente, encontraremos elementos que estão completos e concluídos em seu tempo; outros que estão em processo. Eu creio que inclusive isto será objeto de parte do relatório: dizer que há este tipo de elementos, de fatores em processo e que, portanto, sobre eles não se pode dar conclusões exatas. Mas, creio que temos suficientes elementos atuais para chegar a uma conclusão em função da encomenda dos Presidentes.

Por outro lado, Senhor Presidente, desejaria dizer que, quanto ao grupo ad hoc, o artigo segundo da Resolução 130, minha Representação, na realidade, não tem dúvidas de que sendo uma encomenda dada à Secretaria, e entendendo que a Secretaria tem grande capacidade, ela se está preparando para esse evento. Certamente oferecerá aos funcionários que venham, ou inclusive aos que participem das Representações, os elementos suficientes para cumprir com essa encomenda.

Representante do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, gostaria de estar de acordo com a opinião do Representante do Chile no sentido de que as perspectivas somente poderão ter uma conclusão terminada uma vez que os desenvolvimentos, seja na área regional ou internacional, tenham demonstrado suas características. Então, seria o caso de propor um método de trabalho para o Comitê além da preparação conseqüente da reunião do grupo ad hoc. Para princípios de dezembro se deveria continuar, em nível do Comitê, com este trabalho que estamos começando agora.

A esse respeito a Representação do Brasil sugeriu, em uma reunião informal de ontem, um método de trabalho, com a indicação de alguns desses pontos para análise. Gostaria de consultar ao Comitê e aos demais membros se poderia haver um acordo, um prosseguimento dos trabalhos com referência a esses pontos sugeridos pelo Brasil. Quero recordar-lhes que esses papéis circularam entre as Representações, e para a preparação do trabalho em duas etapas. Uma primeira etapa seria uma avaliação da Associação como tal, constando o funcionamento de nosso Comitê, o funcionamento da Secretaria-Geral, dos aspectos institucionais do Tratado. A estes três pontos poderia ser acrescentado um quarto ponto, relativo aos mecanismos e aos documentos de integração.

/zu

Se há um acordo sobre esta metodologia de trabalho, nosso Comitê continuaria fazendo trabalhos sistemáticos e não de caráter geral como estamos fazendo agora; uma análise de caráter sistemático sobre cada um destes elementos.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Senhor Presidente, sobre o ponto colocado pelo Senhor Representante do Brasil e que de alguma maneira mencionaram também os Representantes do Chile e do México. Na realidade, todas as idéias expostas nesta sessão, desde o início, com relação às perspectivas do processo de integração no âmbito da ALADI, tendem a ter relação com o presente e o futuro da integração no âmbito da Associação, mas o ponto de partida não é o presente e, logicamente, não pode ser o futuro. O ponto de partida é precisamente o que se fez até agora. E o que se fez até agora diz respeito à lista de documentos avaliatórios que a Secretaria vem preparando.

Parece que com relação à proposta constante no papel informal da Representação do Brasil, essa parte da avaliação que diz respeito ao passado, como a denominou o Senhor Embaixador da Venezuela, é fundamental e eu não teria nenhum inconveniente em aceitar o procedimento sempre que se enriquecesse e figurasse em primeiro lugar, precisamente, a avaliação dos mecanismos que se utilizaram para a vigência do Tratado de Montevideu. Creio que a avaliação desses mecanismos que permitirá determinar com mais claridade como fazer, no presente, o futuro imediato.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Já entrando, digamos, na análise dos temas, concordamos com a proposta formulada pela Presidência na reunião informal, com o conteúdo dos pontos desse documento que está em conhecimento de todas as Representações. Cremos, como manifestou também, que é importante acrescentar ao documento o exame dos mecanismos.

Quanto à avaliação, se bem é certo que nos interessa a avaliação do passado, ou seja, cremos que a Secretaria manifestou que contará com algum documento onde existe uma avaliação dos mecanismos, da preferência tarifária regional e de outros, isso será um elemento do qual podemos tomar conhecimento e deixá-lo constar em nosso exame, sim concordamos com as conclusões do documento, logicamente, ou com as modificações que eventualmente lhe forem feitas. Mas, isso sem perder de vista que em nossa opinião o mandato presidencial aponta para o futuro. Ou seja, qualquer que tenha sido o comportamento do passado, bom ou mau para o conjunto da região, bom ou mau para os países individualmente, o mandato tem uma visão do futuro; ou seja, como os mecanismos do Tratado de Montevideu, existentes no Tratado, utilizados ou não utilizados, mas que estão em sua substância no instrumento, possam servir para a nova realidade do processo de integração. E, nesse sentido, esse exame qualitativo é o que muito nos interessa para cumprir o mandato presidencial. Isso por uma lado.

Pois bem, um elemento que sim nos interessa que esteja explícito na agenda que tratará o Comitê é o tema da convergência. Ou seja, cremos que a supervivência efetiva e real da ALADI, como processo de integração, radica na convergência, sem que pensemos necessariamente em prazos, fórmulas, mas é um elemento que tem que estar presente, ou seja, em qualquer análise, porque é o que nos permite salvaguardar este instrumento que, de alguma forma, é o que nos permite avançar, tanto no campo bilateral como sub-regional; é o fator que nos permitirá, digamos, salvaguardar este organismo de integração que, a critério dos Presidentes, é o que tem hoje, a nível da região, maior preponderância e dá aos outros processos, aparentemente -estou fazendo uma interpretação talvez um pouco livre- aos outros processos de integração, aos quais também apóia, certa congruência com este objetivo geral do processo dentro da ALADI.

Por isso, para nossa Representação é importante que a convergência tenha um capítulo ou um ponto separado do exame dos outros temas que estão indicados.

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo). Eu quero destacar que para minha Representação os aspectos medulares do tema são a determinação das medidas necessárias e as atuais perspectivas da integração. Digamos conjuntamente as "medidas necessárias para o aproveitamento das atuais perspectivas da integração latino-americana". Em torno isto haverá que remover muitos aspectos e estou totalmente de acordo com que deve ser feito. O funcionamento do Comitê, o funcionamento da Secretaria, o funcionamento da Conferência e inclusive, talvez o funcionamento do Conselho de Ministros.

Agora se quer começar ao invés, ou seja, primeiro analisar o funcionamento do Comitê, da Conferência, da Secretaria; não vejo a que se adequará esse funcionamento? Eu creio que primeiro devemos saber que medidas serão adotadas para aproveitar as atuais perspectivas do processo de integração e, em função dessas medidas, em função desses acordos, creio que haverá que modificar, se é necessário, o funcionamento dos órgãos da Associação.

Para nós o medular é que se chegue à adoção de medidas para aproveitar as perspectivas do processo de integração com base nos dez pontos da Declaração de Caracas, que já não são propriamente do Presidente do México, independentemente de que tivesse ele proposto, porque foram recolhidos pelos Presidentes.

Que, colateralmente e como consequência disso, haverá que modificar o funcionamento dos órgãos da Associação, poderia ser.

Agora, é possível que este processo seja permanente, este processo de atualização e de avaliação permanente. Seria melhor.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Vondanza). Eu me referirei a um caso concreto. Por exemplo, a PTR. A PTR é um tema atual e de futuro; figura em um dos dez pontos da Declaração, que está anexa à declaração presidencial de Caracas. Por outro lado, há uma disposição, que continua em pé, de um protocolo modificativo de fazer uma reunião de alto nível no primeiro trimestre do próximo ano, que se enlaçaria com o mandato dos Presidentes.

Então, para avançar na PTR temos que olhar para o passado. Porque, justavemente, no protocolo modificativo nos é solicitado que para continuar avançando, temos que fazer uma avaliação da lista de exceções, do comportamento da PTR, e revisar os parâmetros da PTR. Ou seja que há um mandato expresso.

Por isso é fundamental que com os documentos completos que nos apresente a Secretaria possamos fazer essa avaliação de como funcionou e de como devemos modificar os parâmetros da PTR para estar em condições de avançar para esse aprofundamento significativo no próximo trimestre.

Por isso eu dizia há pouco, não sei se me expressei bem, que olhar para o futuro sempre está um pouco conectado com o que ocorreu no passado.

Eu, do mesmo modo que o México, posso apoiar que se comece por um lado ou pelo outro. Pus este exemplo para que vejamos como devemos trabalhar. Podemos começar como propunha o Uruguai, falando das atuais perspectivas, ou podemos, como dizia o Peru, começar a fazer uma análise dos instrumentos e mecanismos atuais.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Senhor Presidente, minha Representação, em geral, está totalmente de acordo com o que foi manifestado e considera que houve um intercâmbio de idéias sumamente útil para iniciar os trabalhos encomendados pela Declaração de Caracas.

Pois bem, nós pensamos que o documento distribuído ontem é sumamente útil, é sumamente valioso, e serve de base para o início das atividades. Nesse contexto cremos, Senhor Presidente, que é fundamental incluir, expressamente, um ponto que a nosso critério é chave em todo este processo, qual é a compatibilidade da ALADI com os processos sub-regionais de integração. Nas pautas para a Associação, que constam no anexo, vê-se que, antes do ponto primeiro, os Presidentes falam de fazer "uma análise da compatibilidade das regras e modalidades do Tratado de Montevideu, bem como das mecânicas de aplicação". Ou seja, os Presidentes dão especial transcendência e importância a esse princípio e, no final, no ponto dez falam do mesmo tema.

De tal maneira que a convergência, os processos sub-regionais, a nosso critério, devem constar expressamente e é um ponto fundamental para a análise dos trabalhos do Comitê.

Do mesmo modo, cremos que outro aspecto que deve estar expressamente é o ponto oitavo, que é "a concertação de procedimentos ágeis e imparciais para a solução de controvérsias comerciais". Um dos grandes problemas da ALADI, a nosso critério, foi o descumprimento e a ausência de uma instância fundamental para poder tratá-los adequadamente. Porque fizemos uma revisão mais ou menos minuciosa e constatamos que, de alguma maneira, dos dez pontos, oito de algum modo a ALADI já os enfrentou, embora indiretamente.

Nesse sentido, consideramos que o documento, repito, é válido e que devem ser incluídos expressamente estes dois pontos que, a nosso critério, são fundamentais.

PRESIDENTE. Com relação à observação do Representante do Equador, esse é um ponto que a meu critério não está muito claro no Comitê. Porque a frase que o Embaixador do Equador leu é um mandato ao grupo ad hoc; exatamente um mandato que os Presidentes dão ao grupo ad hoc e que está repetido na página dois desse papel informal que nós distribuímos ontem e que copia exatamente a frase. E o Comitê terá que decidir se repetiremos no Comitê o trabalho que o grupo ad hoc iria fazer ou se esperamos receber os resultados da análise que o grupo ad hoc fará sobre a compatibilidade e depois considerar isso no Comitê.

Representação da COLÔMBIA (Patricia Dávila de Navas). Senhor Presidente, nossa Representação gostaria de fazer algum comentário sobre o tipo de metodologia que vamos acordar para avançar nos trabalhos.

Recolhendo algumas manifestações feitas esta manhã, proporemos o seguinte, Senhor Presidente: que fosse elaborada uma agenda para prosseguir os trabalhos. E me permiti fazer uma espécie de proposta no sentido de que essa agenda poderia conter os seguintes pontos: um primeiro ponto poderia ser "identificação das atuais perspectivas e tendências da integração", o qual se poderia desmembrar indicando, primeiro, o novo contexto político regional, que favorece naturalmente a integração, a sub-regionalização do processo, a abundância de acordos bilaterais e trilaterais, as perspectivas dos acordos regionais da ALADI e o tema da convergência. Logicamente é incompleto, mas acho que reúne alguns dos elementos básicos que devemos tratar nesse ponto.

Em segundo lugar, e tendo um pouco de coerência com essa primeira proposição, a continuação poderíamos ver o Tratado, os aspectos institucionais, isto é "o Tratado de Montevideu à luz destas novas realidades" que acabamos de acordar. E haveria um terceiro ponto, um terceiro grande tema, sobre o qual poderíamos referir-nos a "funcionamento dos órgãos da ALADI"; e, como um quarto ponto final, "as medidas que eventualmente seja necessário adotar para adequar a ALADI e o Tratado às novas perspectivas" que definimos de maneira inicial.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Bem, justamente minha intenção era referir-me a que seria importante fazer, digamos, uma agenda para os trabalhos que abordará o Comitê em um período bastante longo, imaginamos.

Creio que os pontos que recolheu a Representação da Colômbia são importantes; talvez poderiam existir alguns mais explícitos em relação ao exame dos mecanimos, que não aparecem demasiado expressos na pontualização formulada, mas seria possivelmente de poder acrescentá-lo se houvesse acordo.

Desejaria referir-me a um ponto muito específico, que é que necessariamente haverá temas que possivelmente sejam tratados exaustivamente a nível do grupo ad hoc, mas que não vemos que tenham que estar ausentes das conclusões a que chegue o Comitê. Nós distinguimos que são níveis diferentes do mandato, mas há temas que podem ser tratados em um e outro grupo.

Por razões talvez de ordenamento dos trabalhos, podemos aproveitar o trabalho que realize o grupo ad hoc, suas conclusões, que estarão em uma data determinada, logicamente, para ordenar nosso programa de trabalho, de maneira a utilizar como insumo o grupo ad hoc; aceitar o que eles proponham ou concluem, ou não, mas que seja um elemento que esteja presente quando examinemos o tema. Mas, isso é independente da elaboração da agenda. Ou seja, na agenda de trabalho do Comitê pode ou não haver temas que serão tratados no grupo ad hoc; e, nesse sentido, creio que é importante poder esclarecer isso a fim de não separar em compartimentos estanques um e outro.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, a intervenção que acaba de fazer o Senhor Representante do Chile reforça um pouco o que eu queria dizer.

É impossível estabelecer limites entre os trabalhos de um e outro processo, ou seja, do Comitê de Representantes e do grupo ad hoc.

Nesse sentido eu agradeço imensamente ao Senhor Embaixador da Venezuela a sugestão de que as reuniões deste tipo sejam feitas aqui na Secretaria e com a Secretaria. Eu devo lembrar que a Secretaria é a Secretaria do Comitê.

Para nós foi um pouco difícil acompanhar o diálogo aqui, porque não conhecemos o documento que foi distribuído ontem entre todas as Representações. Acompanhamos um pouco os "sinais de fumaça" que nos dão em torno desse documento; não creio que a Secretaria no passado foi um obstáculo para as conversações dos Senhores Representantes. Nós fomos muito respeitosos, fomos muito construtivos e muito positivos nestas conversações. Portanto, eu sim agradeço muitíssimo ao Embaixador da Venezuela que haja tomado essa iniciativa e que, aparentemente, pelo silêncio eloqüentíssimo feito perante sua proposta, parece que foi aceita.

PRESIDENTE. A Presidência não ia responder ao Embaixador de Venezuela, mas em vista desta insólita manifestação do Secretário-Geral, não pode deixar de responder.

A reunião de ontem foi convocada a pedido de algumas Representações. Em primeiro lugar.

Em segundo lugar, os Representantes Permanentes aqui no Comitê de Representantes têm autonomia para pedir estas reuniões informais. Não foi iniciativa da Presidência que se realizassem estas reuniões.

Em terceiro lugar, foi feita na Representação do Brasil porque a Presidência não tem uma sala aqui na Secretaria da ALADI e por isso está fazendo reuniões informais.

A Presidência considera que se alguma Representação pede que se faça uma reunião informal na forma como foi feita e onde foi feita, a Secretaria levará a cabo esse pedido.

Eu não vou polemizar, mas, dada essa observação, não posso deixar de mencioná-lo. Não foi iniciativa da Presidência, não foi iniciativa nem convocar a reunião nem fazê-la na Representação do Brasil. E, às vezes, quando a Representação do Brasil, não como Representação, senão como Presidência, fez reuniões na Representação, foi porque aqui na ALADI não existe uma sala privada para que a Presidência trate assuntos de interesse do Comitê de Representantes quando solicitado pelo Comitê. A partir do momento em que essa situação seja resolvida, que se volte a destinar uma sala para a Presidência do Comitê, para que a Presidência do Comitê possa receber e possa manter as reuniões que julgar conveniente, da maneira que considerar conveniente, a partir desse momento, quando alguma Representação pedir para fazer uma reunião, ou reuniões informais na forma solicitada ontem, nós a faremos aqui na ALADI. Enquanto não existir essa sala, se alguma Representação pede para fazer alguma reunião informal como a de ontem, será feita onde a Presidência decidir.

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo). Devido a esse incidente eu desejaria recordar à Secretaria que há tempo, eu me lembro, a Presidência tinha uma sala privada aqui. Eu creio que a Secretaria poderia tomar nota disto e destinar uma sala à Presidência.

Por outro lado, eu me permiti, com base um pouco na intervenção que fez a Representante da Colômbia, salientar cinco pontos. Não pretendo que se continue categoricamente isto, mas creio que recolhe um pouco o que foi dito aqui e que poderia ser um temário indicativo.

Representação da VENEZUELA (Luis La Corte). Nossa Representação está de acordo com esta última proposta da Colômbia, ampliada agora pelo México. Eu creio que isso nos ajuda a começar qualquer trabalho. De modo que consideramos que estão bem essas idéias. Ademais, cremos que no caminho da discussão e da análise irão apresentando-se novas idéias, que

não há por que descartá-las. De maneira que o que há que fazer é acolher, penso eu, um número destas idéias e começar a trabalhar.

Eu penso que seria útil, de acordo com o outro ponto, sobre o qual não quero polemizar, que tratássemos de reunir-nos em uma sala pequena porque está provado que nos ouvimos mais quando estamos em salas pequenas onde, realmente, há uma dedicação ao trabalho. Aqui, como estamos um pouco mais dispersos, ouvimo-nos menos; quase nenhum se lembra do que o outro propôs e volta a apresentar, a fazer a mesma proposta, como se fosse algo novo. E outra coisa: o mesmo tratamento, a forma de conduzir a discussão, na análise, é mais prática. Eu sugeriria, pois, que se isso fosse viável, que fosse feito assim.

E quanto à sala para o Presidente, estamos totalmente de acordo. Deve existir, oxalá seja destinada uma sala para que o Presidente tenha onde atender os pedidos que lhe forem feitos.

Quanto ao outro ponto, volto a ratificar o que disse. Eu creio, sem fazer acusações, nem ao Senhor Presidente nem a nenhum Representante, que não há adequação, muitas vezes, no que resolvemos aqui, como estamos procedendo. Se estamos pedindo inclusive aos bancos centrais que venham a reunir-se em Montevideu, porque tudo deve ser feito na ALADI. Isso é correto; e é o que sempre apoiamos. Ocorre que quando os que estamos aqui vamos reunir-nos, vamos para o estrangeiro, porque de todos modos, ao ir a qualquer outro país estamos em posição extraterritorial. Como é possível? Não há congruência entre uma posição e a outra. Acho que o correto é que as reuniões da ALADI sejam na ALADI. Que sejam informais; podem ser informais. Viu-se que são produtivas. E as que sejam formais, que sejam formais; que sejam formais, mas todas na ALADI. Esse é meu pensamento. É com o ânimo de recordar-nos que essa idéia sempre a mantivemos; que para isso é Montevideu e que para isso é a ALADI. pois bem, vamos simplesmente colocar em prática. De todos modos minha Representação não assistiu nem assistirá a nenhuma reunião informal ou formal fora da ALADI.

Foi proposital o de ontem, justamente, para poder falar hoje. Não participei e nem deixei que participasse nenhum Representante da Venezuela. Por isso, para ser consequente com o que estou manifestando aqui. Nosso ponto de reunião aqui é obrigatório. De maneira que queria manifestar isso para que fique bem claro.

Por outro lado, creio que deve haver uma grande coordenação entre o Comitê e a Secretaria e que não ajuda às reuniões a dissociação. Eu não digo que se a Secretaria esteja presente se o Comitê resolve que não venha a Secretaria. Mas, isso não ajuda à coordenação e ao bom trabalho da ALADI. Acaso nos reuniríamos para criticar a Secretaria, para agir contra a Secretaria? Se fosse assim, é melhor que estivesse presente. Mas, o normal é que a Secretaria e o Comitê traba-

lhem coordenadamente, cada um de acordo com suas atribuições e isso nos ajuda. Isso ajuda à ALADI e a que nos busquemos soluções práticas porque são recomendações que vão sendo feitas no momento e estão presenciando partes, o Comitê e a Secretaria.

Repito mais uma vez, sem referir-me a ninguém em particular, creio que assim é como devem ser feitas as coisas. Ademais, afastamo-nos dos regulamentos. Para isso estamos aqui, para reunir-nos aqui.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Senhor Presidente, como não é a primeira vez que entra em discussão o assunto das reuniões dentro ou fora da Secretaria, nossa Representação deseja deixar claramente estabelecido que não tem nenhum inconveniente em reunir-se em qualquer lugar onde se possa trabalhar. Eu apoiaria, deste ponto de vista, se é possível ou se causa alguma preocupação, concentrar as reuniões em uma só Representação, que descentralizemos as reuniões informais e nos reunamos quando seja possível na Secretaria, quando seja possível em outras Representações. Está comprovado que a informalidade nos ajuda enormemente a facilitar o processo de decisão. De modo que minha Representação não tem nenhum inconveniente; está aberta; em nosso setor há um sala de reuniões; está também à disposição de todas as Representações se isto é aceitável; igualmente pode ser o caso de muitas outras. O importante é que, como dizia o Senhor Representante da Venezuela, quando estamos em um círculo menor, trocando idéias informais, adiantamos notavelmente. Isso pode ser perfeitamente com a presença da Secretaria ou sem a presença da Secretaria. Depois de tudo, cada Representante ou cada Embaixador representa aqui Governos e pode ser que em determinadas circunstâncias seja preciso uma concertação prévia, intergovernamental, antes de coordenar os trabalhos futuros com a Secretaria. Estão claramente limitadas as funções pelo Tratado. De modo que isso de que os Representantes dos Governos se reúnem separadamente em determinadas circunstâncias não implica que a Secretaria, por certo, esteja totalmente desinformada do que se conversa ou do que se decida, porque para isso está a Presidência e uma Mesa encarregada de transmitir-lhe eventuais decisões informais que depois serão formalizadas aqui.

Repito: minha Representação não tem nenhum inconveniente quanto ao local das reuniões.

SECRETARIO-GERAL. Eu quero pedir desculpas ao Senhor Presidente e aos Distintos Representantes que hajam visto minha intervenção desobrigatória. Não foi minha intenção. Minha intenção é construtiva. A Secretaria, creio, deve estar presente neste tipo de discussões. Eu reconheço o direito que assiste a todos para reunirem-se em privado prescindindo da Secretaria. Mas, considerarei importante fazer essa observação quando estiver sendo avaliado o processo de integração, onde a Secretaria tem um papel importante a desempenhar. Mas, novamente, repito, Senhor Presidente, peço-lhe desculpas.

Entre outras coisas, tiraram da Presidência uma sala, que penso que lhe pertenceu sempre. Por outro lado, a Presidência tem a sua disposição todas as instalações da Associação, todas as salas do edifício da Associação. Mas daqui para frente, a Sala A será denominada Sala da Presidência.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Continua em discussão o assunto.

Bem, creio que devemos pensar no método de trabalho. Há uma proposta feita pela delegação da Colômbia e há um temário sugerido pela Representação do México. São as duas propostas que estão na Mesa. Eu entendo que o que a Representação da Colômbia apresentou engloba os pontos mencionados em um papel que foi distribuído ontem, perfeitamente compatível. Poderíamos examinar as duas propostas, a da Colômbia e a do México, que estão apresentadas como temário para as próximas reuniões.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, justamente preocupa-me a questão do estabelecimento de um método de trabalho e a proposta da Representação da Colômbia me parece bastante racional e linear com relação às diferentes etapas de nosso trabalho.

Em primeiro lugar, creio que o ponto um, mencionado pela Colômbia, que é a identificação das perspectivas, deve ser tomado em uma fase ulterior do processo, Ou seja, na medida em que tenhamos passado pelos pontos dois e três voltariamos novamente ao ponto um. Não obstante, creio que já começamos pelo ponto um; ele pode ser objeto de uma próxima reunião para caracterizar especificamente quais são essas perspectivas. Mas, muitos dos elementos de detalhe que estão mencionados no ponto da Colômbia, sobre a convergência, sobre a sub-regionalização ou sobre os acordos bilaterais ou multilaterais, dependerão, como foi dito, de algum dos documentos que a Secretaria-Geral nos prometeu.

Eu creio que o ponto dois sugerido pela Colômbia é também, em grande parte, convergente com a agenda que o Brasil havia proposto como método de trabalho. Os pontos dois e três são convergentes, eles são intercambiáveis, digamos.

E o ponto quatro é, simplesmente, a segunda etapa do artigo primeiro de nossa resolução que teremos que identificar uma vez feita a tarefa de avaliação. Nós poderíamos determinar quais seriam as medidas necessárias para flexibilizar e para dar eficácia à ALADI.

Então, minha Representação concorda com esta agenda proposta pela Colômbia, tendo claro que não há nenhuma contradição com aquilo que foi proposto pelo Brasil e que foi objeto de uma discussão bastante rica ontem.

PRESIDENTE. Eu desejaria chamar a atenção do Comitê para o fato de que as duas propostas apresentadas, a da

Colômbia e a do México, partem de dois pontos diferentes e que o Comitê tem que estar com isso bem presente.

A Presidência entende que a proposta feita pela Representação da Colômbia procura implementar a determinação dos Presidentes. Porque o mandato que recebeu o Comitê de Representantes é para fazer uma avaliação da Organização. Isto é, da ALADI. E a proposta que faz o México é um pouco mais ampla; é a identificação das perspectivas atuais da integração latino-americana. Evidentemente, está dirigida ao Tratado de Montevideu e à ALADI. Isso é muito importante. O Comitê deverá decidir qual dos dois caminhos pretende enfiar. Uma coisa é fazer uma avaliação, como se diz na Declaração de Caracas; uma avaliação da Organização para determinar medidas necessárias. Este é o mandato que tem o Comitê de Representantes.

Outra coisa é a identificação de perspectivas atuais da integração. Essa é outra coisa. O mandato dos Presidentes, do meu ponto de vista, é um mandato mais restringido. Mas, o Comitê deverá decidir.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Senhor Presidente, justamente estávamos examinando os dois projetos de agenda, e para nós a proposta do México, a partir do ponto segundo, até o quinto, não difere em substância do proposto pela Colômbia. Ou seja, há talvez uma maior precisão na proposta mexicana; a proposta da Colômbia é um pouco mais global na identificação do tema, mas eu creio que em essência são muito similares. Onde sim obviamente há uma diferença é no ponto um, que é talvez onde deveria centralizar-se a discussão, para uma ou outra. Mas, desde o ponto segundo até o quinto, nós as consideramos muito similares e talvez com uma maior orientação, quanto à finalidade que visa o exame que fará o Comitê, na proposta do México. Assim que nós podemos aceitar indiferentemente uma ou outra. Agrada-nos como está redigida a proposta do México, do ponto segundo ao quinto, e ver que ocorre com o ponto primeiro, que não foi, até o momento, matéria de discussão.

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo). No que diz respeito à manifestação do Senhor Presidente, devo confessar que salvo que eu esteja equivocado, ontem se falou das perspectivas, novas perspectivas para o processo de integração, tanto do ponto de vista regional como extra-regional.

O Senhor Representante do Uruguai, ontem e hoje, reiterou uma série de elementos que devem levar-se em conta para identificar as novas perspectivas para o processo de integração. Creio que este foi um entendimento que temos desde ontem. Se agora se diz que não vão identificar, não se conhecerão as novas perspectivas para o processo de integração e que somente se limitará o Comitê a aconselhar, a definir as medidas para adequar o organismo às novas perspectivas de integração, dialeticamente não vejo como é possível determinar medidas para algo que não se conhece. Devemos conhecer quais são as novas perspectivas do processo de integração

308

para poder determinar essas medidas que adaptem o Organismo a essas novas possibilidades.

De nenhuma maneira estou apegado a estes parágrafos; simplesmente creio que devemos ser consistentes e ontem se falou das novas perspectivas de integração.

Representação do PARAGUAI (Herminia Margarita Genes de Aranda). Senhor Presidente, escutamos com muita atenção as declarações de cada uma das Representações. O Senhor Embaixador, por meu intermédio, pediu desculpas porque teve outro compromisso oficial que atender esta manhã.

Continuaremos estudando estes documentos e peço também licença ao Senhor Presidente para retirar-me por motivos oficiais.

- Retira-se da sala a Senhora Representante do Paraguai.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Rondanza). Senhor Presidente, eu francamente creio que as propostas que há na mesa estão todas abarcando os mesmos elementos. O que está variando, em certo modo, é a ordem, porque houve acordo em tratar as perspectivas, houve acordo em tratar a estrutura, os mecanismos. Eu creio que nem o México nem a Colômbia teriam nenhum inconveniente em que se alterasse a ordem, no mais mínimo. Ou seja que a decisão que haveria que tomar é por onde começamos: se determinando as perspectivas, que efetivamente ontem parecia que podia ser uma boa medida, e depois a estrutura; ou ao contrário.

Reitero: minha Representação pode aceitar qualquer um dos dois critérios; não há diferenças de fundo; somente de ordem.

Representação da VENEZUELA (Luis La Corte). Senhor Presidente, creio que já estamos entrando em casos concretos.

Em primeiro lugar, sobre as atuais perspectivas da integração, esse é o encabeçamento do artigo primeiro, que é uma reprodução, uma repetição do acordado em Caracas. De maneira que ambos estão de acordo em que estudemos as atuais perspectivas da integração. De modo que com isso apoiaremos totalmente a idéia do Uruguai de iniciar o trabalho. Agora, quando o faremos? Eu creio que estamos discutindo um pouco filosofia, teoria, porque todos conduzem ao mesmo.

Eu penso que o ponto 2 do México, "Identificação e estudos das perspectivas atuais da integração latino-americana, levando em conta os elementos regionais e os extra-regionais que influem no processo" é o mesmo que diz a Colômbia. O que ocorre é que a Colômbia o especifica mais. É o mesmo ponto, mas então diz identificação das perspectivas. Contexto político, processos sub-regionais. Ou seja, vai enumerando. De maneira que nos vai dando bases para fazê-lo.

/zu

Eu entendo, em conclusão, que ambas as propostas são boas e coincidentes já, que o ponto 2 da proposta mexicana vai ao encontro do ponto 1 da proposta colombiana.

PRESIDENTE. A dúvida que eu tive -talvez me equivoquei- é que no ponto 2 do México se fala de "identificação e estudos" e me deu a impressão de que se poderia partir dessa redação, pedir estudos sobre perspectivas atuais de integração, quando a idéia que foi discutida e sugerida pelo Representante do Uruguai, de que fosse feita uma análise das atuais perspectivas, mas sem recorrer a estudos, a discussão dos estudos. Essa foi minha preocupação; é a referência a estudos. Com isso, efetivamente, os pontos 2, 3, 4 e 5 são exatamente iguais aos pontos da Colômbia. Restaria então somente o item primeiro para que o Comitê deliberasse se seria incluído nesta ordem de prioridade ou de que forma seria tratado. Eu creio que os pontos 2, 3, 4 e 5 correspondem exatamente aos pontos 1, 2, 3 e 4 da Colômbia e são compatíveis; mas o problema é, como já foi dito, o ponto 1.

Eu pediria uma manifestação dos Senhores Representantes sobre a ordem e sobre a redação do ponto primeiro.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Estamos sobre o texto mexicano, Senhor Presidente?

PRESIDENTE. Sim.

Representação do PERU (Pablo Rodriguez). Nossa Representação, de certo modo, concorda com a ordem proposta pela Representação do México.

Quanto ao ponto primeiro, o elemento que a meu critério desvincula um pouco o sentido da avaliação que encomendaram os Presidentes é a menção dos dez pontos. Eu desejaria que o primeiro ponto ficasse nessa mesma ordem, mas a partir de "analisar os instrumentos atuais de negociação quanto a seu funcionamento e sua eficácia para" não o incremento do comércio regional, que me parece que tem a ver com o ponto de partida a que se fazia referência em uma intervenção anterior, que deve ser a avaliação dos mecanismos atuais do processo de integração na ALADI.

Considero perfeitamente concorrentes os pontos 2, 3, 4 e 5 e se unem também à proposta da Colômbia. Essa ordem é aceitável para nossa Representação, com as observações que fiz.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Parece-me que haveria que começar com o atual 2 do México, que é sobre o que ontem houve acordo e que foi a proposta original do Uruguai. Em primeiro lugar, "identificação das perspectivas atuais da integração".

O atual ponto primeiro do México, que sim é muito importante porque efetivamente se refere ao que consta na Declaração de Caracas, creio que deveria ir depois. Por uma

seqüência lógica se poderia começar pela identificação das perspectivas atuais; depois viria "análise da estrutura dos órgãos e sua adequação à nova estratégia", por exemplo.

Depois viriam o três e o quatro e no final seria como uma conclusão, o atual ponto primeiro. Porque é depois que fizemos uma avaliação de tudo à luz desses dez pontos e outros que o Comitê decida, então é que se deve analisar a perspectiva.

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo) Na realidade não tinha, desde o princípio disse, intenção de que isto pudesse ser aceito em sua ordem. Creio que são os pontos que aqui se veio discutindo.

Para o México é importante fazer uma crítica dos instrumentos atuais e por que não funcionaram e para outras Representações também, creio, porque se manifestou como algo transcendente que se analise por que não funcionou um acordo de alcance parcial, por que não tem funcionado a PTR em toda sua extensão, por que não tem funcionado o PREC, etc., por que não funcionam as listas de abertura de mercados e outras. Então, creio que se deveria fazer. Não tenho nenhuma preferência para que seja em primeiro ou em último lugar e aí encontrar as modificações. Ou eu não sei, inclusive, o desaprecimento de alguns mecanismos.

Portanto, estou totalmente de acordo com o que acaba de manifestar a Senhora Representante da Argentina.

Representação da COLOMBIA (Patricia Dávila de Navas). Senhor Presidente, sim, a respeito do temário da Representação do México e, particularmente, do ponto um, eu o vejo um pouco como a reprodução do mandato que devemos realizar.

Considero que não é um tema em si mesmo que nós devamos realizar. Acho que aí se recolhe o mandato dos Presidentes. Também me parece que é imprescindível para realizar essa avaliação definir primeiro, metodologicamente, quais são as perspectivas e tendências atuais da integração. Porque; se diz embora a formulação da avaliação apareça primeiro, que é de acordo com as novas perspectivas. Então, devemos definir quais são as perspectivas para poder realizar a avaliação.

Nesse sentido nos permitiríamos reiterar a coerência que teria assumir primeiro a identificação das novas perspectivas e tendências da integração.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, creio que nos aproximamos de uma definição mais concreta do método de trabalho.

Eu quero crer que a proposta feita pela Representação argentina é talvez a mais coerente na medida em que recolhe as contribuições feitas pelo México e pela Colômbia e dá certa unidade, digamos, analítica. Inclusive, os quatro pontos que foram identificados pela Representante, pela Ministro

Bondanza, ou seja, primeiro, perspectivas atuais; segundo, análise dos órgãos, terceiro, aspectos institucionais do Tratado de Montevideu, quarto, medidas necessárias, é o mais coerente possível com um diagnóstico da realidade atual, uma análise dos fatos, digamos, objetiva, da situação atual e uma terceira etapa de proposta de medidas para os Presidentes. Inclusive é uma estrutura que talvez possa ser recolhida em um documento final que o Comitê elaborará até 15 de março de 1991.

Eu desejaria, então, ao mesmo tempo que apóio esta estrutura, assim proposta, fazer uma menção da questão dos dez pontos. Os dez pontos, evidentemente, figuram como anexo da Declaração de Caracas e é uma tarefa, digamos, que os Presidentes deram ao que eles chamaram o Secretariado Técnico da ALADI, ou seja, a Secretaria-Geral, e a um grupo ad hoc de peritos.

Eu vejo o cumprimento desse mandato como uma tarefa paralela que conduziremos no formato específico da reunião já convocada para o dia 3 de dezembro. Ou seja, esse grupo ad hoc se reunirá de 3 a 7 de dezembro, analisará concretamente a pauta que figura anexa à Declaração de Caracas, os dez pontos, e enviará suas conclusões ao Comitê.

O Comitê, que fará? Em uma próxima reunião permitirá uma primeira identificação do ponto um: as perspectivas atuais. Mas, essa identificação será provisória, independente, não apenas das conclusões que lhe envie esse grupo ad hoc de peritos em dezembro, senão também de tudo o que aqui se desenvolve. Em primeiro lugar, o andamento da integração sub-regional; Cone Sul, a existência de um possível tratado e no plano internacional o fim da Rodada Uruguai, eventuais propostas adicionais no quadro sobre a Iniciativa Bush e outros elementos que apareçam também fora da zona como os acordos México-Estados Unidos.

Ou seja, o ponto um poderá ser aprofundado em uma próxima reunião, mas terá que ser tomado em uma forma mais acabada e nós passaríamos ao ponto dois, que creio que o mais correto é fazer uma análise dos órgãos do Tratado de Montevideu e do funcionamento desses órgãos, como está sugerido no ponto três da proposta colombiana, também na mexicana e no papel que nossa Representação submeteu ontem a consideração. E depois os aspectos institucionais do Tratado de Montevideu como perspectiva ampla desse Tratado e eventual identificação dos pontos para uma futura reforma. As medidas necessárias, evidentemente, seriam a culminação de todo este trabalho no Comitê e à luz das contribuições e das conclusões do trabalho, de nosso relatório aos Presidentes.

Eu creio que é uma perspectiva mais coerente, mais sistemática e creio que podemos adotá-la.

Ademais, ao ser examinado este tema tocaremos todos os pontos, tanto da Colômbia como do México. Os outros aspectos institucionais do Tratado de Montevideu também estão contem-

312

plados, examinaremos também tudo o relacionado com o Tratado. De modo que o concreto seria dar uma ordem e depois começar a trabalhar nessa forma. Ademais, resta-nos o direito que fazer uma variação, se vemos que é necessária.

De modo que eu estaria de acordo com essa proposta de levar em conta que o desenvolvimento desses pontos vai muito de acordo com os pontos apresentados pela Representação da Colômbia.

PRESIDENTE. Acho que estamos perto de um consenso.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). O Senhor Embaixador da Venezuela já resumiu perfeitamente.

Apenas desejaria que figurasse expressamente o tema de tratamentos diferenciais. Eu creio que talvez seria melhor no ponto um, que é "Identificação das atuais perspectivas e tendências da integração"; depois do D) poderia ser; como E.

PRESIDENTE. Esse era um dos pontos que eu ia mencionar. Concretamente, para ver se conseguimos chegar a um acordo.

Tomando por base as duas propostas, teríamos quatro itens: primeiro item, a identificação das atuais perspectivas e tendências da integração; segundo item, funcionamento dos órgãos da Associação; terceiro item, aspectos institucionais do Tratado de Montevideu à luz das novas realidades; e o quarto item, a determinação das medidas eventualmente necessárias para flexibilidade e eficácia da Associação. Isso representa a proposta que a Argentina fez. Agora, no entendimento de que os itens que estão aqui mencionados não são exaustivos; fica aberta a qualquer outro ponto que se queira acrescentar.

Creio que seria melhor, dentro do possível, não mencionar nada dentro porque, como está aberto, poderíamos tratar qualquer tema, mas estes pontos, assim como estão, permitem que qualquer outro seja acrescentado.

Representação da VENEZUELA (Luis La Corte). Senhor Presidente, uma pergunta. Entendo que o ponto um da proposta do México ocuparia o lugar de terceiro ou quarto da ordem de tratamento. É assim?

PRESIDENTE. Pela apresentação da Representação do Brasil não sei se seria essa a interpretação.

Depois do Chile pedirei a Representação do Brasil que esclareça.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Senhor Presidente, tenho uma dúvida sobre em que ponto será examinados os mecanismos do Tratado de Montevideu porque, se tomamos a proposta da Colômbia, ela se centraliza basicamente em aspectos institucionais, funcionamento dos órgãos, que também está relacionado com a parte institucional, e o outro

são as perspectivas. Quando analisamos as perspectivas estamos, digamos, em uma fase prospectiva mas não de mecanismos atuais, vigentes, presentes, na estrutura jurídica do Tratado.

Creio que a proposta do México, no ponto três, poderia dar pautas para incluir esse exame que a nós e penso que a maior parte das Representações, interessa fazer.

A outra dúvida é se a convergência tem que ir nas perspectivas. Nós achamos que sim, que nas perspectivas tem que estar presente, mas deveria estar dentro do exame dos mecanismos.

Essas são dúvidas que apresento, não com o ânimo de confundir, mas não tenho neste momento a possibilidade de esclarecê-las.

Finalmente, creio que são cinco ou quatro pontos; o último deveria ser as "Medidas necessárias", que é, no fundo, a conclusão, por seqüência lógica, que aparece como quatro no temário da Colômbia e como quatro também, mas no último, no do México. Mas, esse deveria ser o último.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Senhor Presidente, precisamente pelas razões que argumenta o Senhor Representante do Chile é que gostávamos da informação, com as observações que fiz, do ponto primeiro da Representação do México. E a intervenção da Representante da Argentina propõe a inclusão do tema dos tratamentos diferenciais no ponto da identificação das perspectivas me confirma o asserto.

Se incluimos tratamentos diferenciais teríamos que ir também aos demais mecanismos previstos pelo Tratado. De modo que a proposta "avaliação dos mecanismos ou analisar os instrumentos atuais de negociação", considero perfeitamente válida e compreensiva nesse primeiro ponto. Creio que deveríamos levar em conta isso.

PRESIDENTE. A Argentina quer manifestar-se sobre este ponto?

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Sim; sobre este ponto, verei se posso ajudar. Creio que as dúvidas do Chile eram muito justificadas.

Digo: por que não pomos "análise dos mecanismos" no ponto que vai como segundo? Primeiro era identificação das perspectivas e depois vinha "funcionamento dos órgãos da Associação". Aí poderíamos subdividi-lo: funcionamento atual dos órgãos e também pomos aí os mecanismos. Depois de fixar as tendências atuais, ir à realidade, à estrutura institucional e aos mecanismos atuais.

Representação do BRASIL (Paulo de Roberto Almeida). Senhor Presidente, creio que o problema dos mecanismos está

vinculado intimamente com o exame dos dez pontos propostos pelo Presidente Salinas, em Caracas. Se retomamos a lista dos dez pontos veremos que todos se referem aos diferentes mecanismos: acordos comerciais, desgravação tarifária, lista de exceções, eliminação de subsídios, remoção de obstáculos ao comércio, regras de origem, salvaguarda, solução de controvérsias, etc. Creio que esse problema pode ser, em uma primeira abordagem, tratado no grupo ad hoc.

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo). Creio que assim como esta agenda ou este temário não será exaustivo, senão que está aberto para que o Comitê possa incluir novos temas, se julga que são necessários e de interesse, e poderia ser para que se saiba em cada ponto o que é o que em princípio será analisado, porque cada Representação tem um tema de interesse, poderia existir um anexo dizendo que este ponto em princípio tratará isto, isto e isto, também com caráter não exaustivo, porque no curso das deliberações podem existir aspectos a tratar. E, pelo menos, é uma aide-mémoire do que se verá em cada tema, em cada ponto, sem que isto seja exaustivo.

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Senhor Presidente, nós observamos que existe um ponto que talvez constitua um fio solto.

O grupo ad hoc se reúne de 3 a 7 de dezembro, e suas conclusões devem ser apresentadas ao Comitê de Representantes, segundo a Resolução 130. Então, creio que seria importante que se incluía na agenda do Comitê "Análise das conclusões do grupo ad hoc", que não aparece em nenhuma parte. De tal maneira que esse ponto tem que ser incluído necessariamente, de acordo com o mandato da Resolução do Comitê de Representantes.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodríguez). Senhor Presidente, nossa Representação teria um enfoque diferente com relação ao que manifestava o Senhor Representante do Brasil, que vinculava o ponto primeiro da proposta colombiana com os dez pontos anexos à Declaração de Caracas.

Minha Representação pensa que o ponto primeiro está vinculado com o que a Representação argentina em sua primeira intervenção, assinalava como a avaliação crítica do andamento da Associação.

Por isso minha Representação insistiria em que se denominasse "avaliação ou análise dos instrumentos atuais de negociação previstos no Tratado de Montevideu". Renalacionasse, repito, com essa avaliação crítica.

É um problema, creio, de substância, que deveria ser considerado neste enfoque metodológico.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Sim, eu me permitiria propor a esta altura da discussão, em que já temos praticamente quatro pontos, seja qual for sua forma de

redação -obviamente poderia chegar-se a fazer uma redação que incluísse alguns pontos do temário da Colômbia e outros do México- que deixássemos esse princípio de acordo e não encerrássemos a agenda até a próxima sessão ou trabalharemos com agenda aberta indefinidamente, embora penso que seria melhor em certo momento encerrá-la, mas não nesta sessão. Não estaríamos em condições porque cremos que faltam alguns elementos importantes que talvez haja que estudar; mas já temos uma base substantiva. Então, nesse sentido gostaria de pedir que a Secretaria fizesse uma agenda incluindo ou tratando de integrar as duas com uma seqüência lógica e, na próxima sessão, talvez, incluir algum ponto que neste momento eu, pessoalmente, não vejo incluído e é um exame dos mecanismos e instrumentos de negociação, bem como o tema da convergência, o qual cremos que pode ir nos mecanismos. Por tudo isto eu não estaria em condições, atualmente, de encerrar uma agenda de trabalho.

PRESIDENTE. Talvez seja boa a sugestão da Representação chilena. Então, se o Comitê estivesse de acordo, pediríamos à Secretaria que apresentasse, o mais rapidamente possível, um projeto, muito amplo, de agenda, de temário, como diz a proposta do México, uma proposta de temário que incluía esses quatro pontos que estão mencionados e que existe consenso.

Aproveitando a sugestão do México, também em anexo, seriam feitas as listas de cada um dos temas, nas matérias que se supõe que seriam tratadas em cada uma das áreas.

A sugestão do Representante do Equador, ouvida nossa discussão em relação ao mandato do grupo ad hoc e a inclusão dos dez pontos neste temário, não sei se o Comitê está de acordo, mas essa proposta faz que atende as preocupações de todos; incluiríamos um quinto ponto referente à análise dos resultados do grupo ad hoc; seria mantida a resolução presidencial de que o grupo ad hoc trataria e estaria o tema e estaria incluído na agenda especificamente um item para analisar os resultados das deliberações do grupo ad hoc.

Se o Comitê estivesse de acordo, a Secretaria prepararia esses cinco pontos e uma lista de acordo com o que foi discutido aqui, dos temas que entrariam em de cada um dos temas. Estão de acordo? A Secretaria, então, procederia desta maneira.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Além do mais, entendo, de acordo com a proposta inicial da Presidência, que foi compartilhada uma minuta com as idéias centrais do debate substantivo feito no início da sessão. A Secretaria procederá, então, dessa maneira.

PRESIDENTE. O único ponto que ficaria pendente é a questão dos mecanismos e aí há uma sugestão concreta de incluir a análise dos mecanismos ao lado do funcionamento dos órgãos da Associação e análise dos mecanismos.

Ficaria assim para ver como discutiremos isso na próxima sessão. Mas, incluiríamos essa análise dos mecanismos como propuseram o Chile e outras Representações.

Com isso, então, terminamos hoje a análise do item. Creio que foi muito proveitoso, avançamos bastante. Já temos, pelo menos, um método de trabalho que seria aprovado pelo Comitê na próxima sessão e começariamos as discussões substantivas desse temário, como foi proposto.

AGENDA PARA A AVALIAÇÃO RECOMENDADA PELA LETRA H)
DA DECLARAÇÃO DE CARACAS

INTRODUÇÃO

- A. Contexto internacional. Novo contexto político e regional
- B. Objetivos do processo
- I. IDENTIFICAÇÃO DAS ATUAIS PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS DA INTEGRAÇÃO
 - A. Perspectivas dos Acordos regionais de expansão e regulação do comércio
 - B. Sub-regionalização do processo de integração
 - C. Novo enfoque da convergência
 - D. Mecanismo de preservação dos compromissos adquiridos. Solução de controvérsias
 - E. Ação externa da ALADI
- II. O TRATADO DE MONTEVIDEU 1980 FRENTE AS NOVAS REALIDADES DA INTEGRAÇÃO
 - A. Mecanismos
 - B. Orgãos
 - Conselho de Ministros
 - Conferência de Avaliação e Convergência
 - Comitê de Representantes
 - Conselhos Setoriais e órgãos auxiliares
 - Secretaria-Geral
 - C. Tratamentos diferenciais e sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo

D. Diversificação dos campos de ação no processo de integração

III. ANÁLISE DAS CONCLUSÕES DO GRUPO DO TRABALHO AD HOC

IV. DETERMINAÇÃO DOS CRITÉRIOS E MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA DAR A ORGANIZAÇÃO A FLEXIBILIDADE E EFICÁCIA QUE REQUEREM A ATUAIS PERSPECTIVAS DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Passamos ao ponto seguinte da ordem do dia.

4. Outros assuntos.

Representação do BRASIL (Paulo César Camargo). Senhor Presidente, eu queria fazer alguns comentários sobre o fornecimento de informação da Secretaria e desejaria que por favor fosse distribuído este papel. A Representação do Brasil, de acordo com as negociações dos acordos comerciais, deseja registrar alguns pontos.

Primeiro: que os documentos de apoio de negociações foram entregues na véspera do início das mesmas, ao contrário do que era feito em anos anteriores e, segundo, que não foi preparada em um tempo útil a atualização de dados estatísticos com relação às importações realizadas pelos países-membros da ALADI, que seria utilizada como elemento de base para a preparação de propostas negociadoras, solicitados por notas de 31 de agosto e de 15 de agosto.

E, terceiro, que não foi preparado em tempo útil um levantamento de produtos negociados entre o Brasil e a Argentina em acordos comerciais nos últimos cinco anos, tornando os entendimentos mais lentos entre os dois países. Este documento foi solicitado em 30 de agosto.

E, em quarto lugar, que também existem outros pedidos de informações que sim foram atendidos, serviram de base para a atualização dos negócios brasileiros. Esses foram feitos em 11 de setembro, em 9 de outubro e em 16 de outubro. A possibilidade de que ocorressem estes contratemplos era uma preocupação desta Representação em 7 de agosto do ano 90, quando foram solicitados esclarecimentos sobre o novo sistema de computação da Secretaria-Geral. Naquela ocasião a resposta da Secretaria foi apresentar um relatório de explicação que estabelecia datas definidas para entrar em operação alguns programas.

Como comprova a realidade, os problemas mencionados ou não entraram em operação ou na forma que foram elaborados não produziram resultados necessários.

Vendo a falta de transparência com que se está manejando a situação e a possibilidade de que se torne incontrolável, prejudicando enormemente os interesses dos países-membros, a Representação do Brasil solicita ao Senhor Secretário-Geral: primeiro, informações sobre a real situação da

/zu

computação da Associação e segundo, medidas urgentes para eliminar os contratempos atuais e evitar no futuro os agravamentos.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Vondanza). Eu a este respeito, tenho que dizer algo negativo e algo positivo.

Em primeiro lugar, a Representação da Argentina tem também pendente de resposta uma série de notas enviadas à Seção Informática; e realmente tivemos sérias dificuldades nas recentes negociações com o Brasil e com os acordos comerciais. Com o Brasil, porque estas informações e outras, que eram de base e fundamentais para nossos negociadores, não estiveram prontas. E também nos acordos comerciais, porque estiveram prontas a último momento.

Ou seja, realmente subscrevemos o pedido de informação e de esclarecimento e de ordem que está propondo a Representação do Brasil porque, realmente, eis aqui um caso concreto onde houve um funcionamento insuficiente da Unidade de Informática, que prejudicou as negociações.

Como dado positivo devo também declarar publicamente que quando nos foi muito necessária uma informação, recorri diretamente ao Senhor Secretário-Geral, quem com sua sensibilidade e desejo de ajudar se esforçou pessoalmente para que se obtivesse essa informação. Ou seja, manifesto publicamente a boa disposição que sempre encontro no Secretário-Geral, que permitiu obter a tempo um dos elementos.

Mas, evidentemente, o desejável seria que fosse institucionalizado o sistema, fosse esclarecido, fosse organizado de modo tal que funcionasse em forma perfeita e eficiente, sem que tenhamos que incomodar o Senhor Secretário-Geral, que está para outras funções e não para essas. Isto é o que queria dizer.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, talvez na Associação não existiu nos anos anteriores o acúmulo de trabalho que há neste momento.

Eu o único que posso dizer neste momento é que temos pessoal extra trabalhando; estão trabalhando horas extraordinárias pela noite e nos sábados. Temos um acúmulo de trabalho que viemos atendendo há pelo menos quatro meses em uma forma cada vez mais pesada.

Vamos fazer uma avaliação muito séria sobre todo nosso sistema de informação, com o propósito de apresentar-lhes o panorama real, assim como nos solicitou aqui a Representação do Brasil. Talvez faria falta reestruturar completamente o sistema de informação, ampliá-lo, fazer uns investimentos importantes, porque eu posso afirmar que neste momento está trabalhando o sistema full-time, permanentemente. E talvez tivemos uns problemas derivados da mudança do sistema, da mudança do computador. Eu sei, pelos representantes da IBM,

que nossos funcionários estão ainda no processo de familiarizar-se com os novos programas e sistemas que existem, e foi talvez isto o que dificultou um pouco o trabalho. Mas, a Secretaria porá muito interesse para que este "engarrafamento" seja solucionado o mais breve possível.

RESIDENTE. Antes de encerrar a sessão eu desejaria avisar ao Comitê, em primeiro lugar, que o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Rezek, visitará oficialmente a Associação na sexta-feira às 11,30 horas. Haverá uma sessão especial do Comitê, extraordinária, para receber o Chanceler do Brasil.

Quanto aos trabalhos do grupo ad hoc, preocupa-me um pouco como estamos tratando sua convocação, os termos de referência, designação de representantes. Está prevista uma reunião desse grupo para o dia 3 de dezembro. Não sei se em uma próxima reunião poderemos discutir um pouco os termos de referência desse grupo ad hoc para permitir inclusive a designação, pelas capitais, de representantes, se é que alguma capital designará representantes especiais.

De qualquer maneira, deixo essa preocupação com o Comitê, e tentemos de alguma maneira tratar esse tema.

Esses eram os dois temas que queria apresentar.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Senhor Presidente, eu desejaria referir-me ao tema que foi tratado sobre a atenção de informação através do Departamento de Informática da Secretaria.

Creio que seria importante que a Secretaria fizesse a respeito uma estimação, de acordo com os antecedentes de que disponha, da demanda atual e potencial de serviço de informática, tanto próprios, internos da Secretaria, como das Representações porque, de fato, na medida em que existe um serviço, as Representações e os Governos, com todo o direito o solicitarão; e isso, evidentemente, pode criar em certo momento "engarrafamentos" que projetam uma imagem, como já assinalei, não adequada embora dependa fundamentalmente de um acúmulo na demanda de serviço.

De fato, nosso país, para negociações de caráter bilateral que se increvem no âmbito da ALADI, pediu -umas já foram entregues, outras estão em processo- informações estatísticas de apoio a estas negociações, coisa que no passado não havíamos feito. E assim pode haver ocorrido com outros países. Está aumentando-se, então, o pedido de serviços e, logicamente, tem que existir critérios sobre prioridades, natureza da entrega de informação porque, obviamente, às vezes, pedir informação custa muito pouco; basta redigir uma nota, em cinco minutos, e pedir uma informação, mas atrás disso pode haver um trabalho horas-homem ou horas-computador muito grande. Então, nesse sentido creio que é importante propor um ordem das capacidades com que se devem atender os pedidos habituais ou eventuais que possam fazer os países.

/zu

Representação do EQUADOR (Fernando Ribadeneira). Senhor Presidente, atendendo a sua pergunta devo informar à Sala que o Equador designou o perito ad hoc que conformará o grupo de trabalho de 3 a 7 de dezembro. É um funcionário de alto nível, que tem experiência no manejo da Associação e que já está designado formalmente para desempenhar essa função.

Seria interessante saber se outros países procederam do mesmo modo, para atender a informação adequada e poder informar à capital para que o nível deste funcionário tenha relação com os funcionários que serão destinados para esses efeitos.

Representação do PERU (Pablo Portugal Rodriguez). Considero perfeitamente pertinente a consulta da Presidência sobre a natureza da representação dos Governos na reunião do grupo ad hoc.

Nossa Representação recebeu instruções solicitando-nos o âmbito de referência, as características que terá a reunião, especificamente os temários, para proceder à designação de um funcionário de nível adequado.

Agradeço a informação do Senhor Embaixador do Equador, e unicamente lhe perguntaria, precisamente, o nível que tem, para poder informar a nosso Governo.

E, em segundo lugar, Senhor Presidente, creio que deveríamos colocar-nos de acordo, precisamente, sobre essas características que deve ter a participação.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Sobre esta consulta desejaria informar que nossa Representação deu a conhecer a convocação e recebeu informações de que a participação do Chile neste grupo ad hoc será atendida através da Representação Permanente junto à ALADI e assim foi determinado.

Representação da COLOMBIA (Patricia Dávila de Navas). Senhor Presidente, sim, quanto à preocupação sobre este particular eu estou em condições de informar que dissemos à capital que se bem a reunião não tem poder de decisão tem um alto nível técnico e recomendamos, com muita ênfase, a participação de funcionários com esse caráter na reunião.

Não estamos em condições de confirmar, pelo momento, quais serão, mas certamente vem alguém da Colômbia.

Representação do MÉXICO (Vicente Muñiz Arroyo). Considero muito pertinente sua consulta. A Representação do México estaria em condições de conversar, analisar, falar sobre como se efetuará a próxima reunião do grupo ad hoc.

Quanto à presença de funcionários mexicanos, até o momento temos a informação de que viriam, talvez, dois diretores-gerais: o de política comercial e o de negociações comerciais internacionais.

Se houvesse algum outro também informaria oportunamente.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, somente para comentar, e atendendo a uma preocupação da distinta Representação do México há mais de uma hora, a Secretaria está trabalhando com relação ao tema do grupo ad hoc. Estamos estabelecendo as pautas gerais sobre as quais poderíamos apresentar um papel e sobre o qual faremos consultas com todos os distintos Representantes a fim de que possamos enriquecer esse papel da melhor maneira possível.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Senhor Presidente, creio que na realidade o próximo trabalho ao qual devemos dedicar-nos é elaborar uma agenda tentativa para este grupo ad hoc, que é um dos elementos que se requeem inclusive, em alguns casos, para a vinda dos técnicos. Não é? Assim que pediria, concretamente, que fosse preparado um papel e já na próxima reunião definiríamos o temário.

Eu lamento não ter ainda notícias para informar os colegas sobre a presença em Montevideu de funcionários do Governo; mas penso, justamente, que as capitais, talvez, estão esperando alguma informação adicional para tomar a última decisão.

PRESIDENTE. Pergunto se há algum outro assunto.

Não havendo nenhum outro assunto, encerra-se a sessão.

- Assim se procede.
